

EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

XL — Nº 017

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 1985

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.129, de 25 de junho de 1984, que reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.129, de 25 de junho de 1984, que "reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares".

Senado Federal, em 21 de março de 1985. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 1985

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências".

Senado Federal, em 21 de março de 1985. — Senador José Fragelli, Presidente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

— ATA DA 19ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO 1985

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Leitura do Projeto
Projeto de Lei do Senado nº 27/85, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre pror-

rogação de prazo de validade de concursos públicos, nos casos e condições que especifica.

1.2.2 — Requerimento

Nº 40/85, de autoria dos Srs. Senadores Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli, solicitando urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 199/83 (nº 263/83, na Casa de origem).

1.2.3 — Comunicações

De Srs. Senadores, que se ausentarão do País.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Recebimento da complementação da documentação necessária à tramitação do Ofício nº S/12, de 1985.

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal
NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO
Diretor Executivo
JOÃO MORAES DA SILVA
Diretor Administrativo
MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial
PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR MOACYR DUARTE — Comentários a respeito da situação aflitiva e angustiosa em que se encontram os servidores do CEGRAF.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Aspectos preocupantes da reforma tributária anunciada pela Nova República.

SENADOR JORGE KALUME — Telex enviado por S. Ex^a ao Sr. Ministro da Fazenda reiterando apelo feito da tribuna do Senado, no sentido da exclusão da Região Amazônica das medidas econômicas anunciadas pelo Governo.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Comunicação da Liderança do PMDB

De substituição de membro em Comissão Parlamentar de Inquérito.

1.2.8 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 28/85, de autoria do Sr. Senador Carlos Chiarelli, que dispõe sobre a prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3. — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 140/84 (nº 616/83, na Casa de origem), que equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas. **Aprovado. À sanção.**

— Projeto de Lei do Senado nº 22/81, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências. **Aprovado em 1º turno.**

— Requerimento nº 4/85, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218/84 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 15/85, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafo ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 45/79, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escola e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre a aposentadoria especial do músico. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR FÁBIO LUCENA — Política do Ministério da Ciência e Tecnologia em relação aos interesses econômicos e sociais do Estado do Amazonas.

SENADOR JOÃO LOBO — Reparo a declarações do Sr. Ministro da Agricultura Senador Pedro Simon, na parte relativa a retirada de subsídios da agricultura.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Pronunciamento da Deputada Cristina Tavares feito na Câmara dos Deputados contra o Dr. Rômulo Vilar Furtado, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo às autoridades federais, estaduais e municipais, no sen-

tido de assistir as vítimas das enchentes de fevereiro último no norte fluminense e na baixada campista.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Artigo do Jornalista Roberto Marinho publicado no jornal "O Globo" sob o título "Posse e credibilidade".

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Trabalho executado por S. Ex^a como membro da Comissão Interpartidária, sobre o voto do analfabeto e sobre o alistamento eleitoral a partir dos 16 anos, consubstanciado em duas propostas de emendas à Constituição.

SENADOR MARTINS FILHO — Falecimento do Prefeito de Apodi — RN, Sr. Helio Morais Marinho.

SENADOR JAISON BARRETO — Providências administrativas com vistas ao desenvolvimento do setor carbonífero.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 1/85.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 20ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 1985

2.1 — ABERTURA**2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Comunicação da Presidência**

— Recebimento do Ofício S/14 (nº 98/85, na origem), solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), para o fim que especifica.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 36/82 (nº 831/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais. Aprovado. À sanção.

— Projeto de Lei da Câmara nº 61/82 (nº 342/75, na Casa de origem), modificando os arts. 2º e 6º da

Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.

2.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. GASTÃO MÜLLER, proferido na sessão de 8-3-85.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 19ª Sessão, em 21 de março de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli, Enéas Faria e Alberto Silva

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1985

Dispõe sobre prorrogação de prazo de validade de concursos públicos, nos casos e condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os concursos públicos realizados anteriormente à publicação desta lei e homologados, com prazo de validade a se encerrar até 31 de maio de 1986, têm-se prorrogado para 30 de junho de 1986.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As medidas recentemente tomadas pelas novas autoridades da área econômica do Governo, dentre elas a que proíbe a contratação de pessoal até o final deste ano, na Administração Direta, Indireta e até nas Fundações, sem possibilidade de exceções mesmo para o Presidente da República, certamente estão a demonstrar que a nova administração veio para realmente "arrumar a casa", limpando-a de todo o "lixo" acumulado nesses anos de arbítrio incontido, aliado à corrupção mais desmedida.

A Nação não desaprova esta medida, senão que a aplaude e se sente alentada em sua expectativa de dias

melhores, com os responsáveis pela coisa pública a retomarem o caminho da seriedade, da decência e até da eficiência, até aqui quase esquecidas.

Fala-se mesmo — e o próprio Ministro da Administração já anunciou alguma coisa a respeito — em estudos para tratar de unificar o regime de trabalho através do qual são admitidos e mantidos servidores na administração pública. Hoje em dia admite-se pelo Estatuto, pela CLT, pelo sistema do art. 106 da Constituição (que até agora ninguém soube explicar convincentemente se se trata de um "tertius") e por outras formas menos ortodoxas, tudo de modo a transformar os quadros de pessoal da administração em verdadeira barafunda.

É chegado o momento, mesmo, de se adotarem critério e regimento mais sábios e, pois, permanentes de admissão de pessoal para o serviço da administração pública em todos os níveis, a fim de se evitarem os escândalos com que nos brindam a cada final de Governo, geralmente melancólico em idoneidade e respeitabilidade, mas pródigo na distribuição de inescrupulosas prebendas.

Mas, se os passos iniciais do novo Governo são certos e vigorosos, nem por isto haveremos de permitir que tripiúdiem sobre situações legitimamente obtidas, que arrostem direitos e eventualmente cometam injustiças, já que o objetivo primordial é justamente o do restabelecimento do Estado de direito.

E de fato, a medida, conquanto oportuna e conveniente, não teve o cuidado de fazer ressalva não aos servidores admitidos irregularmente mas aos que vivem apenas justa expectativa de direito ao se submeterem a concursos públicos rigorosos, estando em vias de ver esgotado o prazo de validade desses concursos. Por uma razão ou outra não puderam ser aproveitados, embora aprovados em provas e títulos, tal como manda a lei em vigor. Casos há, certamente, em que a validade se exaurirá justamente no período em que vigorará a rigorosa proibição de contratar pessoal, de sorte que fatalmente haverá prejuízo.

Impõe-se, por conseguinte, a medida preconizada no presente projeto, que não destoia dos objetivos governamentais.

Sala das Sessões, 21 de março de 1985. — Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 40, DE 1985

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "C" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1983 (nº 263/83, na Casa de origem). Sala das Sessões, 21 de março de 1985. — Hélio Gueiros, Líder em exercício do PMDB — Carlos Chiarelli, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento que vem de ser lido será incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte nos termos do art. 375, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Em 21 de março de 1985

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 22 do corrente, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar da Delegação Brasileira à 73ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Lomé, Togo, de 25 a 30 do mês em curso.

Atenciosamente saudações, — Lourival Baptista.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar da Delegação Brasileira à 73ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Lomé, Togo, de 25 do mês em curso.

Atenciosas saudações, — João Calmon.

Brasília, 20 de março de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 21 de março do corrente, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar da Delegação Brasileira à 73ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Lomé, Togo, de 25 a 30 do mês em curso.

Atenciosas saudações — Amaral Furian.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 22 do corrente, para,

devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar, como Chefe da Delegação, da 73ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Lomé, Togo, de 25 a 30 do mês em curso.

Atenciosas saudações — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Na sessão ordinária do dia 14 do corrente foi lido o Ofício nº S/12, de 1985, do governador do Estado do Piauí, solicitando autorização do Senado para realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará a matéria às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Há oradores inscritos

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao eminente Senador Moacyr Duarte.

O SR. MOACYR DUARTE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, por cessão do nobre Senador Hélio Gueiros, ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para uma comunicação urgente.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Depois da instalação da Nova República — e não vai nisso nenhuma crítica da minha parte — temos observado diariamente, nas duas Casas do Congresso Nacional, críticas ao programa traçado. Neste momento, acabamos de ouvir o nobre Senador pelo Estado do Piauí, Helvídio Nunes que, sem usar linguagem agressiva, fez uma análise ponderada na certeza de que haveremos de sair do caos em que se encontra a Nação.

Diz a Folha de S. Paulo do dia 20:

O quadro está confuso, e a Nação espera posturas bem delineadas da nova administração; já tivemos ampla quota de casuísmos, e o fato de haverem galgado ainda recentemente seus postos não justifica indefinições das autoridades, ou providências sobre as quais não haja claras expectativas de resultados.

A nossa Amazônia está constantemente preocupada depois do "pacote" levado ao conhecimento do Brasil e, muito especialmente, com a suspensão de financiamentos durante 60 dias, aquela área ficou apreensiva — com

justa razão — principalmente, para quem a conhece — e quem administra um país tem que conhecer a sua geografia física, pelo menos — porque os seringais dos distantes rios, dos longínquos rios, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não podem esperar 60 dias, porque os nossos administradores de ontem, como os de hoje, devem saber que dependem de estradas chamadas "rios" e esses rios nem sempre oferecem navegação permanente, vivem sob o regime das chuvas. A partir do mês de maio, os altos rios entram num regime de pouca água, o que vale dizer, entram no estio, o que não dará condições para que os interessados possam transportar suas provisões, o que vale dizer, quebras de produção, desânimo, menos trabalho, desemprego. Ora, o Brasil, como já proclamei várias vezes aqui, não tem borracha suficiente para atender o seu parque manufatureiro. O Brasil vê-se obrigado a importar do exterior para suprir as suas necessidades, o que vale dizer, mais sangria de divisas, mais dólares para esses pagamentos. Então, vejo um paradoxo na aplicação dessa política abrangendo o universo brasileiro. O que se pede, pelo menos defendendo aqui neste momento, é uma exclusão da Amazônia desse pacote que proíbe financiamentos durante sessenta dias à indústria, à pecuária e à agricultura.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria. Fazendo soar as campainhas.) — A Mesa comunica ao orador que o seu tempo e o da prorrogação, anteriormente concedido pelo plenário, já estão esgotados.

Solicito a V. Exª que conclua a sua oração.

O SR. JORGE KALUME — Eu gostaria de debater porque trata-se de um assunto palpitante.

Mas, Sr. Presidente, querendo levar a minha colaboração ao Governo atual, não estou aqui para criticar, endereçamos um telex, além do apelo que já fiz desta tribuna, a S. Exª, o Dr. Francisco Oswaldo Neves Dornelles, com o seguinte teor:

Nome: Ministro Francisco Oswaldo Neves Dornelles

End.: Ministério da Fazenda

Cidade: Brasília, Estado — DF

Nº 259, de 21-3-85 — Tomamos conhecimento, pela Imprensa, das medidas do Governo objetivando combater a inflação pt Não discutiremos o mérito da iniciativa, contudo não nos podemos omitir sobre a suspensão, por dois meses, dos financiamentos pelos bancos oficiais, exclusiva o do Brasil, à agropecuária pt A Amazônia, além de descapitalizada, ainda tem no extrativismo gummífero a sua base econômica geradora de riqueza pt Os altos rios onde se concentram maioria seringais produtores borracha têm que se provisionar até abril sob pena de reduzir grandemente fabrico pois torna-se difícil abastecimento mercadorias fase estival a partir mês maio pt Face exposto Vossa Excelência poderá excluir Amazônia dessas providências permitindo que bancos oficiais financiem produção e comercialização borracha pt Lembremos Vossa Excelência que reduzindo produção nacional, que já é insuficiente atender parque manufatureiro, Governo verse-á obrigado maior importação do produto, sangrando nossas divisas, e se não fizer também trará consequências danosas às indústrias que deixarão de carrear impostos pt Contando compreensão Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos pt Senador Jorge Kalume, — Senador Altevir Leal.

Fica o nosso registro, e o telex tem o sentido de apelar ao Sr. Ministro da Fazenda, na certeza de que S. Exª nos atenderá.

Muito obrigado pela compreensão, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Alexandre Costa — João Castelo — Milton Cabral — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Roberto Campos — Saldanha Derzi — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Alcides Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação dos projetos de lei da Câmara nºs 36 e 61, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Em 21 de março de 1985

Senhor Presidente:

Tendo em vista entendimentos mantidos com esta Liderança e a Liderança do PDT, informo a Vossa Excelência, para os devidos fins, que tenho a honra de indicar o nome do nobre senhor Senador Roberto Saturnino para ocupar a suplência, em substituição ao nobre senhor Senador Marcelo Miranda, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 1, de 1985, destinada a apurar irregularidades no transporte marítimo brasileiro e estaleiros nacionais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e distinta consideração. — Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 1985

Dispõe sobre a prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados pela consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados por esta Consolidação, somente ocorrerá após 2 (dois) anos, contados da data de cessação do contrato de trabalho.

Art. 2º É revogado o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.451, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O instituto da prescrição tem suas origens no direito romano, sendo que, nos primórdios de sua história, era aplicado somente ao direito civil.

Se voltarmos às fontes romanas, vamos verificar que a prescrição tinha três fundamentos principais, a saber: o da necessidade de fixar as relações jurídicas incertas, evitando as controvérsias; o do castigo à negligência; e o do interesse público.

Tendo em conta esses fundamentos é que, modernamente, entende-se que o fundamento principal da prescrição é o interesse social.

Dessa forma, partindo de um enfoque civilista e do pressuposto de que a prescrição foi criada para extinguir

RES:

as ações, como medida de ordem pública, vamos verificar que está assentada na busca dos meios destinados a evitar a instabilidade, que acarreta empecilhos ao imperativo de harmonia social. Evidente que este enfoque somente tem razão de ser em se tratando de direito civil, ou mesmo outros ramos do direito, com exclusão do direito do trabalho.

Por isso, nos demais ramos do Direito, exceto o direito do trabalho, o descumprimento de uma obrigação, a ameaça de violação de um direito, são situações antijurídicas que perturbam a harmonia social. O instituto prescricional foi instituído, portanto, como meio de restabelecer essa harmonia, fazendo cessar o desequilíbrio, provocado pela ofensa ao direito. É que, se o titular do direito se conserva inativo, imóvel, abdicando assim de proteger o seu direito, deve o Estado providenciar os meios necessários para corrigir a inércia.

Se considerarmos esses aspectos do instituto prescricional em face do direito em geral, sobretudo do direito civil, nada a obstar, pois, realmente, o ideal é que as questões nesses campos do direito não se perpetuem pelo tempo afora, sem uma solução que possibilite segurança às partes.

Entretanto, se atentarmos para os princípios que presidem o direito do trabalho, eminentemente protecionistas do hipossuficiente, — o empregado, vamos chegar à conclusão de que a prescrição aplicada às relações de emprego deve ser tratada de modo especial, em face das notórias desigualdades existentes.

Com efeito, enquanto nos demais ramos do direito as partes são sempre iguais em suas respectivas forças, no direito do trabalho, ao contrário, o empregado é a parte fraca, como dissemos, hipossuficiente, que necessita, como defendem todos os juslaboristas de renome, da tutela do Estado para, pelo menos fictamente, serem iguais os seus interesses com os dos empregadores.

Desse fato incontestado da desigualdade e da absoluta subordinação do empregado para com seu empregador é que surge nossa proposta de que a prescrição dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho seja biennial, mas contados os dois anos da data de cessação do pacto laboral.

Trata-se de uma forma de resguardar o empregado de abusos muito comuns cometidos durante a vigência do contrato de trabalho, quando o obreiro não tem a menor condição de reclamar direitos negados, seja pelo fato da existência da subordinação, seja, como é notório, pela inevitável despedida que normalmente se efetiva, a título de castigo pela coragem em reclamar.

E nem se diga que se trata de medida drástica, pois, como já frisamos, o trabalhador, enquanto subordinado ao empregador, vale dizer, enquanto vigente o contrato de trabalho, não tem as mínimas condições de reclamar direitos negados, pois, mesmo que sejam líquidos e certos, a regra é resultar na demissão, resolvida a título de punição pela coragem do empregado em reclamar.

Essa situação de absoluta dependência do empregado para com o empregador não lhe tem permitido que busque, a tempo, a reparação de danos que lhe são causados, como decorrência de descumprimento da legislação protecionista do trabalho. Somente quando deixa o emprego é que tem o empregado reais condições de exercer o legítimo direito que lhe fora, de fato, retirado, na constância do contrato individual de trabalho.

Aliás, foi justamente em face desses relevantes aspectos do problema que o legislador estabeleceu para os trabalhadores rurais um tratamento justo quanto à prescrição, fazendo constar já no Estatuto do Trabalhador Rural e, posteriormente, na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que a prescrição dos direitos assegurados aos trabalhadores rurais com vínculo empregatício é biennial, contados os dois anos a partir da data de cessação do contrato de trabalho.

O que se busca, portanto, é a um só tempo, revogar o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a prescrição biennial mas contada a partir da aquisição do direito, e assegurar também aos trabalhadores urbanos o princípio prescricional já vigente no meio rural desde 1963, como dissemos, com o Estatuto do Trabalhador Rural.

Trata-se de adaptar as condições juslaboristas à situação dos tempos atuais, na medida em que juristas mais sensíveis aos problemas do trabalho, não somente individualmente, mas também em conclave internacionais, têm defendido ponto de vista segundo o qual os direitos resultantes das relações de emprego não devem sofrer nenhuma restrição de ordem prescricional, por serem direitos irrenunciáveis e que se estendem ao patrimônio da própria família do empregado.

Não chegamos a tanto, mas achamos mais do que justo que todos os trabalhadores brasileiros tenham re'is condições de poder reclamar direitos negados pelos empregadores, no prazo de dois anos, contados da rescisão do contrato de trabalho.

Sabemos que os empregadores resistem à idéia ora esboçada no presente Projeto de Lei. No entanto, não conseguimos atinar com os temores patronais, visto que somente seriam prejudicados aqueles empregadores que descumprissem a lei e, em descumprindo-a, estariam a descoberto da tutela jurisdicional.

Ao contrário sendo, se o empregador descumpra a lei e o empregado não dispõe de meios objetivos de reclamar na constância do contrato de trabalho e, ao ser despedido, não mais dispõe de prazo para fazê-lo, resulta desse fato o enriquecimento do empregador, à custa de uma situação em que o empregado não tinha reais condições de reclamar em tempo oportuno.

Por tudo isso, temos certeza de que os nobres Pares deste Senado Federal emprestarão seu apoio à Proposição ora oferecida à sua apreciação, por se tratar de medida de absoluta justiça para com os trabalhadores urbanos brasileiros.

Sala das Sessões, 21 de março de 1985 — Carlos Chárelli.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1984 (nº 616/83, na Casa de origem), que equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 672 e 673, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça; e
- de Educação e Cultura

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, DE 1984 (nº 616/83, na Casa de origem)

Equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 3º da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 4º São empresas jornalísticas, para os fins da presente lei, aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, aquelas que explorarem serviços de radiodifusão e televisão, agenciamento de notícias e as empresas cinematográficas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 41, DE 1985

Nos termos do art. 346, item I, do Regimento Interno, requero preferência para o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, a fim de ser votado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 21 de março de 1985. — Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 4:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 654 e 655, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, e, no mérito, favorável, e
- de Educação e Cultura, Favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1981

Dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos atuais professores colaboradores e auxiliares de ensino admitidos até à data de publicação desta lei, aplicam-se as disposições do art. 10 do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 2º A partir da data de publicação desta lei, as instituições de ensino superior realizarão concurso público de títulos e provas para o preenchimento dos empregos de professor auxiliar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1985, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves, Nelson Carneiro e Roberto Saturnino, solicitando,

nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.

Em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

O Sr. Mauro Borges — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Vai-se proceder à verificação de votação requerida pelo nobre Senador Mauro Borges.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para procedermos à verificação de votação. (Pausa.)
Como vota o Líder do PMDB?

O Sr. Gastão Müller — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Moacyr Duarte — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Como vota o Líder do Partido da Frente Liberal?

O Sr. Milton Cabral — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Não estão presentes os demais Líderes. (Pausa.)
Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Alberto Silva, Alfredo Campos, Benedito Ferreira, Carlos Alberto, Fábio Lucena, Gastão Müller, Helvídio Nunes, João Calmon, João Lobo, Jorge Bornhausen, Jorge Kalume, José Lins, Lomanto Júnior, Mário Maia, Martins Filho, Milton Cabral, Moacyr Duarte, Murilo Badaró, Raimundo Parente, Roberto Wypych, Virgílio Távora.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Galvão Modesto, Hélio Gueiros, Mauro Borges.

ABSTÊM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:

Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Votaram "SIM" 21 Senadores e "NÃO" 3.

Houve 1 abstenção.

Total de votos: 25.

Não há número. Vou suspender a sessão por dez minutos, antes acionando as campainhas a fim de que os Srs. Senadores compareçam ao Plenário.

(Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, em plenário, a Presidência deixa de proceder à verificação solicitada.

O Requerimento nº 4, de 1985, fica com a votação adiada.

Igualmente, as demais matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída do Requerimento nº 15/85; Projetos de Lei do Senado nºs 26/79, 45/79, 2/80, 18/80 e 320/80, ficam com a apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna do Senado Federal, nesta tarde de angústia, de ansia, de profunda comoção nacional, para manifestar, Sr. Presidente, a minha fé inabalável, a minha insuprível convicção de que o Supremo Criador do universo haverá de devolver, com o auxílio da Medicina por ele inventada, ao convívio de nossa Nação e com sua saúde plenamente restaurada, o eminente Presidente Tancredo Neves.

Mas venho à tribuna, Sr. Presidente, cumprir o indeclinável dever de representante do Estado do Amazonas, no Senado Federal para mais uma vez, e desta vez, que não será a última, para chamar a atenção dos Srs. Senadores para a política de racismo que o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob inspiração e ação do Sr. Ministro Renato Archer, vem se desencadear contra vitais interesses econômicos e sociais do meu Estado.

Sr. Presidente, em 1967, faz 18 anos, ao termo do Governo Castello Branco, depois de desencadeada, fazia 10 anos, a política de operação Pan-americana, pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, decidiu o Governo da República considerar o vasto setentrão nacional, que se constitui a Amazônia Ocidental, como área de equidade a fim de merecer um tratamento diferenciado no que pertine às condições peculiares daquela imensa área do território brasileiro, tratamento que consistira em ali implantar um projeto piloto que se demonstrasse apto, capaz, depois de todos os fracassos e malogros, para incluir a Amazônia selvática nas fronteiras econômicas de nosso País.

Nascia, assim, Sr. Presidente, o projeto da maior importância que qualquer governo já houve por bem de conceder com relação ao meu Estado.

Este discurso, não fossem os fatos supervenientes, passaria por ser o mesmo que pronunciei em Manaus, diante de uma incalculável multidão, ao lado do candidato da Alinha Democrática para a Presidência da República.

Que superveniências foram essas, Srs. Senadores? Conforme publica o jornal O Globo, de ontem:

"Archer afirma que incentivo da Zona Franca pode levar empresas à falência.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, propôs ao Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, que apenas um segmento da indústria de informática, destinado à exportação, permaneça na Zona Franca de Manaus. No entender de Archer a política de incentivos adotada pela Zona Franca de Manaus poderá provocar o fechamento de todas as indústrias de computadores do País. A Lei de Informática foi feita para todo o País e não posso permitir que uma área exclua o resto (afirmou o Ministro Renato Archer). Segundo o Ministro, as indústrias de computadores poderão ser instaladas na Zona Franca de Manaus com custos 35% inferiores aos de outras regiões do País, o que provocará uma grande corrida para a região. No entender de Archer não existe na área qualquer suporte universitário ou econômico que permita o desenvolvimento da tecnologia."

Sr. Presidente, suporte universitário não existe, acredito, na cabeça do Ministro Renato Archer, porque no meu Estado existe. Temos a Universidade do Amazonas funcionando há 25 anos, hoje equipada com professores da maior envergadura intelectual, egressos dos principais centros universitários do nosso País, como soem ser São

Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém do Pará e outros.

Não se pode alegar, Sr. Presidente, salvo como disse no exórdio deste pronunciamento, não se pode alegar, salvo a pretexto de discriminar a Amazônia Ocidental, que nós, os amazônidas, não dispomos de suporte universitário e econômico que permita o desenvolvimento da tecnologia de informática.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador Fábio Lucena, permite-me um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com muita honra, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Parece que a memória dos homens públicos é muito fugaz. Essa Lei de Informática da qual nos honramos haver sido relator foi aprovada por este Congresso, por unanimidade de seus membros, com excessão de um. Foi aprovada, por unanimidade, na Comissão Mista criada para apreciar o projeto. Ainda ficou explícito, emenda aliás de V. Exª acolhida pelo relator, depois de enfrentar dificuldades bem conhecidas de V. Exª e de todos aqueles amazônidas que, a seu lado, lutaram para a aprovação, pelo relator, fazendo validar convênio já existente — não era algo novo — entre a Secretaria Especial de Informática e a Zona Franca, fazendo com que esse convênio constituísse parte integrante da lei então acolhida, aprovada, aprovada por este Congresso. Foi de propósito que demos essa faculdade de continuar a Zona Franca de Manaus a ser um Centro de Informática que disponha e continue a dispor — não por lei nossa, mas por leis anteriores — de favores que, de 1967 se estendem até 1997.

O SR. FÁBIO LUCENA — E que não podem ser revogados, porque foram concedidos por prazo certo.

O Sr. Virgílio Távora — E é isto, justamente, o que queríamos acrescentar. Sabe V. Exª as dificuldades imensas que foi fazer a conjugação de idéias, as mais diferentes, as mais antipodas idéias que se antepunham, no momento em que este projeto de lei foi discutido nesta Casa. Fazer aprovar, por quase unanimidade, este corpo de idéias significa, no mínimo, que o Congresso inteiro se solidarizou com as medidas básicas tomadas para a implantação da Indústria de Informática no Brasil. E, dentro destas idéias básicas, não se poderia estar de acordo com a concentração única e exclusiva, cartorial — vamos dizer — no Sul do País, no Centro do País, de uma atividade que, no fim do século, ultrapassará em investimento, em desenvolvimento, de longe, todas as demais — a petrolífera, a siderúrgica, a química — só para examinar aquelas mais dinâmicas. Foi justamente a criação dos Distritos Industriais de Exportação na zona da SUDENE e da SUDAM; foi a manutenção do privilégio da Zona Franca, como um pólo especialíssimo de Informática, que deva à consciência de um nordestino a tranquilidade para, então, com aquela reserva de mercado necessário para o desenvolvimento da nossa indústria de informática, ficar ciente de que, aumentava o fosso imenso que já separa as nossas regiões do resto do Brasil o Brasil pobre de lá e do Brasil rico de cá.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Roberto Campos — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Pois não, nobre Senador, assim que concluir rápidas considerações em torno do aparte do Senador Virgílio Távora.

O Sr. Roberto Campos — Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço ao nobre Senador Virgílio Távora a comovente solidariedade de V. Exª

aos seus irmãos da Amazônia. Repito o que aqui enunciei: a presença de V. Ex^a na Comissão Mista, o relatório de V. Ex^a sobre o projeto de informática, no que pertence à Região Amazônica, significou a segunda contribuição histórica que o Estado do Ceará deu a minha região, tendo sido a primeira contribuição, inestimável por todos os títulos, a do povoamento da Região Amazônica. Mas, é preciso erradicar, através de uma cirurgia, o divertículo de Archer e é o que vou fazer. Antes, todavia, tenho a honra de ouvir o aparte do nobre Senador Roberto Campos.

O Sr. Roberto Campos — Muito obrigado, nobre Senador. Associe-me inteiramente ao seu esforço que, acredito, encontrará eco em Senadores de toda a Região Amazônica, e por que não dizer, de todo o Nordeste, que eventualmente poderá beneficiar-se dos distritos industriais? Quero chamar a atenção do Senado para os perigos que correm o programa e o esforço de descentralização industrial e de desconcentração de renda baseados nos incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM. Levanta-se, agora, a indústria paulista, como se a informática e a alta tecnologia fossem sua reserva de caça, para dificultar, embaraçar o desenvolvimento da informática em Manaus e, quiçá, eventualmente, no Nordeste. Ouço mesmo dizer — espero seja infundada a informação — que o Governador Franco Montoro teria solicitado ser consultado na designação do Superintendente da Zona Franca...

O SR. FÁBIO LUCENA — A informação tem fundamento, nobre Senador. Permita-me, apenas para elucidar. O Governador Franco Montoro não tentou. S. Ex^a está tentando, continua tentando, interferindo, inclusive, para obter a nomeação do Superintendente da Zona Franca de Manaus.

Tem toda razão V. Ex^a

O Sr. Roberto Campos — Eu gostaria de protestar contra essa demonstração de imperialismo regional. Manaus é Brasil, como Salvador é Brasil também. Aquelas firmas paulistas, que se acham em desvantagem competitiva ou supõem achar-se em desvantagem competitiva, porque suas concorrentes se instalaram em Manaus, têm todo direito de ir para Manaus e, ali, lutarem a briga competitiva. É que a desgraçada Lei de Informática lhes deu um tal apoio cartorial que não querem, realmente, a competição no mercado e, sim, o bafejo da autoridade. Isso não é aceitável.

O Sr. Moacyr Duarte — Muito bem!

O Sr. Roberto Campos — São Paulo já concentra, só na capital, 40% de Produto Interno Bruto e, no Estado, quase metade do Produto Interno Bruto. Não há nada de alarmante, se algumas indústrias decidem dali emigrar para Manaus. Aliás, as quatro indústrias, cujos projetos foram recentemente aprovados pela SUFRAMA, nem sequer desertaram São Paulo; abriram apenas subsidiárias para diminuir seus custos de produção. Atitude perfeitamente correta e competitiva num sistema de economia de mercado.

Rogo permissão para discordar do meu caro amigo, Senador Virgílio Távora, e discordar profundamente. Ao contrário do que S. Ex^a, indicou, o projeto não teve uma quase unanimidade. O projeto nunca foi votado individualmente nem globalmente, nem por parágrafos ou artigos. O que houve foi um voto de Liderança, sem que os Líderes houvessem consultado os liderados. Obviamente, o Senador, como eu, que havia apresentado um projeto frontalmente contrário à Lei de Informática, não o aprovaria. Mas o meu caso não era isolado. Dois outros Deputados haviam apresentado projetos completamente diferentes em filosofia e estrutura do "monstrenho", que foi afinal aprovado. São os Deputados Luiz Antônio Fayet, do Paraná, e Salles Leite, de São Paulo. Este último propunha, pura e simplesmente, a abolição

da SEI. Se tivesse havido uma chamada de votos, certamente, que, vigorosamente, se manifestariam contra. Talvez, o Senador Virgílio Távora se tenha esquecido, mas, poucos minutos antes da votação, S. Ex^a estava sentado ao lado do Líder Nelson Marchezan, e eu me aproximei do Líder para dizer-lhe que ia pedir verificação de quorum, por que não havia quorum no Senado. Eu havia contado e não havia mais do que 14 Senadores, de um total de 35. Fui dissuadido de pedir a verificação do quorum, por dois motivos que então me indicou o ilustre Líder:

1º: Apesar de incompleto e imperfeito, o projeto, tal como emergira da Comissão, ainda tinha a vantagem de, pelo menos, desmilitarizar o problema, transferindo-o da área do Conselho de Segurança, onde prospera a névoa da intolância, para os ambientes mais abertos do CONIN, do Conselho de Informática e Automação. Havia ainda uma segunda consideração, que me foi apontada, a saber que se previa no art. 3º do Projeto da Comissão, inciso IV, uma repartição de poderes entre as diferentes agências do Governo interessadas no assunto. Assim presumia-se que as atribuições relativas a telecomunicações ficariam com o Ministério de Telecomunicações, por decisão do CONIN, e os assuntos de tecnologia industrial ficariam com o MIC. E o que aconteceu? O Governo Federal votou, o Executivo votou exatamente aqueles parágrafos que visavam a uma descentralização do poder, na eliminação do domínio autoritário da SEI. Aplaudido, por isso, os esforços de V. Ex^a para preservar os interesses da Região Amazônica e de outras regiões subdesenvolvidas, que não desejam que certas áreas industriais continuem reservas de caças de certos Estados.

Gostaria de lembrar ao novo Ministro e ao novo Secretário-Executivo da SEI o seguinte:

1 — A criação dos incentivos fiscais para a SUDENE e SUDAM visou precisamente a descentralizar a indústria e desconcentrar a renda, hoje excessivamente concentradas no Centro-Sul e, particularmente, em São Paulo;

2 — a indústria de informática e de alta tecnologia em geral não é monopólio de São Paulo. Se alguns industriais paulistas, ou gaúchos, ou fluminenses, ou cariocas, desejam se instalar nas zonas da SUFRAMA e da SUDENE podem fazê-lo livremente.

Aqueles que se sentem prejudicados pela concorrência amazônica em virtude de incentivos fiscais, podem estabelecer subsidiárias ou empresas, quer na SUDENE, que na SUDAM, ao invés de choramingar a renda do seu vigor competitivo;

3 — Os critérios de prioridade devem ser revistos em toda a administração federal. O BNDES deverá dar prioridade no desembolso dos seus recursos às áreas onde a produção se perde e o produtor pioneiro sofre por falta de uma infra-estrutura. Enquanto houver produção perdida no Centro-Oeste por falta de estradas, agroindústrias que clamam por energia elétrica, pioneiros que morrem por endemias e reclamam um mínimo de saneamento, é inaceitável que o BNDES considere prioritário entregar recursos para aumentar a concentração do poder financeiro e industrial em São Paulo.

Muito obrigado.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, por ter sido citado, pediria a V. Ex^a que me concedesse um brevíssimo aparte.

O SR. FÁBIO LUCENA — Claro, Ex^a mas me permita somente dirigir-me a S. Ex^a o Senador Roberto Campos, e dizer ao Senado que, se forem derrubados os projetos de informática, na zona Franca de Manaus, cairá a primeira pedra do domínio enfileirado, porque os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca, em 1967, passam, historicamente, por transformar o meu Estado no portal, da indústria de informática em todo o País. Se vetarem Manaus, estarão vetando a Nação inteira. Agradeço, Sr. Senador Roberto Campos, a solidariedade generosa e comovente de V. Ex^a assegurando-lhe que o meu Estado e o meu povo...

O Sr. Roberto Campos — Senador, permita-me um breve comentário. Não sei se esses projetos serão enterados, mas que estão sendo sabotados é claro. Há quatro meses a SEI não aprova nenhum projeto para Manaus.

O SR. FÁBIO LUCENA — É verdade.

O Sr. Roberto Campos — Na idade da alta tecnologia em que gerações tecnológicas se sucedem a cada 18 meses, há uma prisão de ventre mental na SEI. Não há aprovação de projetos.

O SR. FÁBIO LUCENA — Quer dizer V. Ex^a que a SEI, então, está sofrendo de prisão de cérebro.

Mas, Sr. Senador Roberto Campos, dizia eu que o meu Estado e o meu povo saberão reconhecer a atitude valorosa e substancial em que consiste o apoio de V. Ex^a a uma causa que não é da Zona Franca de Manaus e nem do Amazonas, mas é de todo o Brasil e de todos os brasileiros.

Antes de começar a drenagem do "divertículo de Archer", ouço o nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador Fábio Lucena, com a inteligência, a calma e, por que não dizer, a placidez com que, em termos absolutamente frios, examina e apresenta todas as suas idéias, o nobre Senador Roberto Campos afirmou que a lei informática, não como eu dissera, havia sido aprovada por unanimidade. Queria lembrar a S. Ex^a que, lamentavelmente, não esteve presente S. Ex^a quando, por motivos alheios a sua vontade, aquela Comissão Mista, em que tanto ele batalhara, quando apreciou, em julgamento final, o projeto. Lá se verá, se consultadas as atas, que realmente o foi por unanimidade. E com aplauso, de pé, de toda a Comissão quando terminados os trabalhos, à ação do relator. Não temos a pretensão de dizer que a lei é perfeita, tanto que o decreto-lei lhe sucedeu, e que ainda vai ser apreciado pelo Congresso, como toda a peça legal semelhante, estabeleceu correções quanto àquilo que era conceitual da indústria nacional para efeitos dos efetivos da lei. Quanto à votação em plenário, S. Ex^a não nos contradiz, foi realmente por unanimidade, menos um voto de S. Ex^a dito em plenário. Se outros não se manifestaram deveriam ter tido razões para tal...

O Sr. Roberto Campos — V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Virgílio Távora — ... aqui não dissemos que havia sido por unanimidade em plenário. Unanimidade menos um. Essas outras vozes dissonantes na hora da votação não apareceram. Dissonante era a atitude do PT, para o qual tivemos que aquiescer na aprovação de duas de suas emendas, por sinal, transformadas em artigos do projeto e não aceitas pelo Poder Executivo. Temos a absoluta certeza de que, Senador Fábio Lucena, Senador Roberto Campos, demos de nós o melhor dentro das condições em que, constituída foi a Comissão para o exame do problema, dentro do clima emocional em que travada, a polémica que coincidia, inclusive, com a exacerbação do momento da campanha presidencial. Essa lei que está aí é para ser aperfeiçoada, como todo diploma legal, mas acreditamos que aqueles que de 1982 a 1986 tiveram seu mandato na Câmara dos Deputados e no Senado Federal até 1986 ou 1990, conforme o caso, se honrarão, no futuro, de ter procurado contribuir para a solução do problema, cujas resoluções parciais estavam até então entregues ao arbítrio sim, singular, de meu círculo fechado de autoridades militares que formam a SEI.

O SR. FÁBIO LUCENA — Como sempre, os apartes de V. Ex^a servem, sobretudo, para alargar a meditação e aprofundar a análise, eminentíssimo Senador Virgílio Távora.

O Sr. Moacyr Duarte — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu pediria a V. Ex^a que tolerasse apenas dois minutos, nobre Senador.

Um dos projetos que se pretende vetar é o da PROLÓGICA, que tem sede em São Paulo. Em verdade, está havendo uma corrida dos setores de informática para Manaus e daí, Sr. Presidente, Manaus por acaso não é Brasil?

Eis o que Manaus oferece, eis o que parte do Brasil oferece ao restante do Brasil em termos de atrativos para a indústria de informática.

Obra, repito, a bem da verdade, Sr. Presidente, do Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, meu histórico adversário, e a bem da verdade, do hoje Senador Roberto Campos, à época, seu Ministro do Planejamento — a bem da verdade histórica!

As empresas com projetos aprovados para a Zona Franca de Manaus gozam dos incentivos fiscais da SUFRAMA que são os seguintes: isenção de IPI, isenção do Imposto de Importação, isenção do Imposto de Exportação e isenção do ICM.

O Amazonas, convém lembrar, por força da legislação de Manaus, é o único Estado que pode conceder isenção unilateral de ICM sem a necessidade da reunião do Conselho composto pelos Secretários de Fazenda dos outros Estados. Mas isso não é privilégio, isso não é favorecimento, isso é equidade, vem de Platão, Sr. Presidente, que não se pode tratar de modo igual àqueles a quem a natureza os fez desiguais. Isto é equidade. E o antônimo da equidade, sabe V. Ex^a, sabem os Srs. Senadores, é iniquidade.

Foi para evitar a iniquidade, que o Governo Federal, ao tempo do Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, concedeu essa legislação.

Sr. Presidente, além do ICM, a isenção do Imposto de Operação Financeiras reduzido, bem como programas especiais de exportação, e como incentivos adicionais, lotes industriais dotados de infra-estrutura a preços diferenciados, na área do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus: Cr\$ 948,00 o m², Sr. Presidente, para que uma indústria do País ou do resto do mundo se implante no território brasileiro, na Zona Franca de Manaus.

Mas atentem, Srs, porque pretendem vetar a PROLÓGICA. Enquanto a PROLÓGICA obteve um faturamento bruto da ordem de 85 bilhões de cruzeiros em 84, o que significa um crescimento de 227% em instalações, referentemente ao ano anterior, a empresa SCOPUS, também de São Paulo está com um endividamento da ordem de 64.3%, conforme dados do balanço anual de Quem é Quem na economia brasileira de setembro de 1984.

Convém salientar, Presidente, que se entende por endividamento geral a parcela de recursos de terceiros nos recursos totais usados pela empresa.

De quem é a SCOPUS? A SCOPUS é do Sr. Edson Fregni, Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Computadores, da ABICOMP. E o Ministro Renato Archer apenas repete no dia 20, o que disse o dono da SCOPUS, o Sr. Fregni, no dia anterior, isto é: "...que apenas um segmento da indústria de informática deve permanecer na Zona Franca de Manaus..." No entender de Fregni, a política de incentivos fiscais adotada pela SUFRAMA poderá provocar o fechamento de todas as indústrias de computadores de todo o País.

Logo, Srs. Senadores, se o Sr. Edson Fregni, Presidente da ABICOMP, cujas palavras são endossadas pelo Sr. Ministro da Ciência e da Tecnologia, pretende vetar um projeto viável, exequível de uma indústria de São Paulo em Manaus, a conclusão que se me oferece é a seguinte: essa sintonia entre Fregni e Archer significa uma tomada de posição adrede, o que é grave, porque o Ministério da Ciência e da Tecnologia não está nem sequer implantado no País. Significa uma tomada de posição adrede, antecipada, não apenas em defesa da em-

presa da informática, endividada em 64%, do Presidente da ABICOMP, mas de outras empresas igualmente, em sua grande parte, de São Paulo. Como a EDISA, endividada em 204% — duzentos e quatro por cento dos recursos que a EDISA emprega, Sr. Presidente, 204% pertence a terceiros. A GLOBUS, que teve sua falência recentemente pedida por seu maior credor, é endividada em 102%; a LABO em 101%; a POLIMAX em 92%; a SISCO, do Grupo MAKSOUD, em 90%, a ITAUTECH, em 84.4%, vale dizer: a ITAUTECH funciona, fabrica computadores e periféricos porque o lastro financeiro do Banco Itaú o permite, e principalmente agora, Sr. Presidente, porque, sustados os financiamentos dos bancos oficiais, haverá uma corrida para a rede financeira particular, e a consequência disto será a natural, porque forçosa, elevação das taxas de juros.

O Sr. Moacyr Duarte — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Permita-me apenas terminar a leitura do diagnóstico, do divertículo de Ackel. Em seguida, darei o aparte a V. Ex^a.

A ELEBRA, endividada em 82%; a SID, em 76%. Sr. Presidente, a relação é longa, mas todas essas empresas sob a proteção da ABICOMP, em detrimento de projetos que se quer implantar com viabilidade na Zona Franca de Manaus, nenhuma delas apresenta endividamento inferior a 44.3%.

Ora, Sr. Presidente, não podemos, pois, tolerar que a indústria da desgraça comprovada, da indústria da Informática nacional se queira transformar o Estado do Amazonas, a Zona Franca de Manaus, na necrópole, Sr. Presidente, dessa ladainha de incompetência, que é o mínimo que por mim pode ser classificado, diante desse quadro sinistro que mais parece um filme de terror, que a ABICOMP teima em omitir da opinião pública brasileira.

O Sr. Roberto Campos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Um minuto, Ex^a, por gentileza.

Qual é o crime de uma indústria paulista se transferir para a Zona Franca de Manaus? A Zona Franca oferece a redução de custos de produção, Sr. Presidente, da ordem de 35% a 40%. E mais: esses incentivos fiscais têm o endosso, a guarida do Congresso Nacional, porque o Congresso aprovou o decreto-lei que institucionalizou a Zona Franca de Manaus. São incentivos concedidos por prazo certo, por 30 anos, durarão até o ano de 1997. Só se se queira rasgar a Constituição, Sr. Presidente, é que esses incentivos poderão ser revogados. Porque não só pela Constituição Federal mas, ainda, pelo Código Tributário Nacional poder algum, autoridade nenhuma pode revogar esses incentivos, que hoje se demonstram da maior validade para o crescimento, para o desenvolvimento econômico do meu Estado, para a ampliação das suas oportunidades sociais, valendo recordar, Sr. Presidente, que antes da Zona Franca se possuíamos somente cinco indústrias, hoje, temos mais de duzentos pólos industriais ali implantados, o que representa oitenta mil empregos; empregos esses que, multiplicados por cinco, são quatrocentas mil pessoas, 50% da população de Manaus, que vivem a expensas, apenas, do distrito industrial criado pela Zona Franca de Manaus.

Repito, Srs. Senadores, o meu Estado não aceita esse racismo, não aceita essa discriminação. Não somos contra São Paulo, pelo contrário, o Amazonas oferece a São Paulo a oportunidade ímpar de seus industriais se salvarem desta situação de vexame em que se encontram, desse endividamento conduzido, Sr. Presidente, não sei a que razões devo creditá-lo.

Mas apresenta condições únicas, singulares, não apenas para São Paulo, mas para o resto do País; porque, pela Lei da Informática, Sr. Presidente, somente se poderão criar distritos industriais nas áreas da SUDAM e da

SUDENE, em municípios da SUDAM e da SUDENE, e em nenhum município dessas regiões existe um que se equipare a Manaus, no que pertine à existência concreta, efetiva, eficaz e indiscutível de uma infra-estrutura já autosustentada no desenvolvimento industrial do meu Estado.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a consente um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Dou-lhe já o aparte, Sr. Senador Benedito Ferreira.

Querer, como faz o Ministro do Ministério inexistente da Ciência e da Tecnologia, afirmar que em Manaus não existe qualquer suporte universitário ou econômico que permite o desenvolvimento de tecnologia, isto afirmar significa um tenebroso prenúncio para a ciência e a tecnologia em nossa Pátria.

Chego a ter medo, Sr. Presidente, do futuro que nos espera, quando um Ministro, guindado a um Ministério da maior importância para o futuro do nosso País, utiliza esse racismo geopolítico que constitui — isto sim — fascismo; porque basta reler as teorias de Vilfredo Pareto sobre o fascismo para concluir que a essência, que o âmago dessa doutrina totalitária, dessa ideologia absolutista consiste, precisamente, em conceber a existência de seres incapazes por entre os capacitados privilegiados. Não! O meu Estado não aceita essa discriminação, e contra ela vai reagir, dentro das armas que nos asseguram a Constituição e as leis, e vai reagir, tenho certeza, com o lúcido apoio, com o indispensável amparo da solidariedade dos Estados brasileiros, aqui representados pelo augusto Senado da Federação brasileira.

O Sr. Raimundo Parente — Permite V. Ex^a

O Sr. Cid Sampaio — Senador Fábio Lucena, renovo meu pedido de aparte.

O SR. FÁBIO LUCENA — Nobre Senador, permita-me apenas, por uma questão de confraria estadual, conceder o aparte ao eminente Senador Raimundo Parente, e, a seguir, ouvirei com muita satisfação V. Ex^a, Senador Cid Sampaio.

O Sr. Cid Sampaio — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Raimundo Parente — Eminente Senador Fábio Lucena, não poderia, como amazonense, deixar de solidarizar-me com V. Ex^a no momento em que com a coragem que lhe é peculiar e com a veemência que se faz necessária, defende a nossa Zona Franca de Manaus, que é como bem sabe V. Ex^a, o mais vigoroso e poderoso instrumento a impulsionar o desenvolvimento daquela área, investida que, por incrível que pareça, e lamentavelmente, está sendo comandada, vamos dizer assim, por um cidadão recém empossado em um Ministério, que não se sabe, até agora, onde vai funcionar. V. Ex^a disse muito bem, um Ministério praticamente inexistente, e além do mais, Senador Fábio Lucena, muito embora não conheça pessoalmente o Sr. Ministro Renato Archer, eu entendo que S. Ex^a não preenche as condições necessárias, os requisitos que se impõem, para desempenhar uma função da mais alta importância, como a de Ministro da Ciência e Tecnologia. O que sei é que S. Ex^a é Capitão-de-mar-e-guerra da reserva. Mas, quero dizer a V. Ex^a que já em outras ocasiões teve o meu apoio e a minha solidariedade, também agora os tem nessa luta que não começou agora, porque V. Ex^a como eu, começamos há muito tempo, a lutar em defesa da Zona Franca de Manaus, que hoje, infelizmente, e sabe muito bem V. Ex^a, não é mais aquela Zona Franca de 1967 ou 1968, com todo aquele elenco de incentivos que nos foi dado pelo saudoso Presidente Castello Branco. E isso, como também sabe V. Ex^a, por interesse, e por influência de empresas do Sul do País, especialmente de São Paulo, cujas pretensões, e cujos pleitos tiveram, lamentavelmente, a acolhida do ex-Ministro da Fazenda. Lutamos con-

tra isso, lutamos na Câmara Federal quando éramos Deputado, lutamos também aqui no Senado, no início do nosso mandato. Infelizmente, não tivemos forças para impedir que fossem feitas todas aquelas mutilações, que V. Ex^a bem conhece, à legislação da Zona Franca de Manaus. V. Ex^a tem o meu apoio e a minha solidariedade. V. Ex^a vai voltar à tribuna, como eu, porque não vamos permitir, de maneira alguma, que essas empresas do Sul do País cujos interesses estão sendo defendidos pelo Sr. Ministro Renato Archer queiram, mais uma vez, praticar, perpetrar um golpe contra a nossa Zona Franca de Manaus. Vamos continuar lutando e defendendo a nossa Zona Franca de Manaus, porque, como bem disse V. Ex^a, ela é, na verdade, aquele instrumento que precisamos para dar mais força ao nosso progresso e ao nosso desenvolvimento, que hoje já atinge um nível bem elevado. Muito obrigado a V. Ex^a e desculpe interromper o seu brilhante discurso.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sou eu quem agradece, nobre Senador Raimundo Parênte. A sua fraternal solidariedade que não me surpreende por ser natural, imane e consentânea com os legítimos interesses do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nobre Senador Fábio Lucena, V. Ex^a dispõe de apenas 2 minutos para concluir seu discurso.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador, V. Ex^a não vai permitir o meu aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Peço a V. Ex^a, apenas Sr. Presidente, para ouvir os três apartes que já me foram pedidos, antes de encerrar.

O Sr. Benedito Ferreira — O Presidente é um homem de zona subdesenvolvida...

O SR. FÁBIO LUCENA — V. Ex^a Sr. Presidente, é um homem do Nordeste, e se cair Manaus vai cair o Piauí - depois de cair o Pará, o Maranhão e o Ceará será a vez do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — V. Ex^a pode conceder os apartes.

O SR. FÁBIO LUCENA — Ouço V. Ex^a nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Fábio Lucena, verifiquemos em V. Ex^a aquilo que constatamos em Serzedelo Correia, aquele ilustre paraense que nos alboros da primeira República, numa verdadeira missão apostolar, como um verdadeiro apóstolo em defesa do interior e, especialmente, da Região Amazônica, reclamava contra os absurdos de se preocupar com a periferia e especialmente com a Região Centro-Sul do Brasil em detrimento da Região Norte. E ele mostrava, já àquela altura, como o sistema tributário nacional funcionava em desfavor das regiões subdesenvolvidas, das regiões interiores. Já apontei para V. Ex^a e hoje foi constatado aqui, em pronunciamento do nobre Senador Helvídio Nunes, o absurdo da perda de arrecadação de São Paulo, porque este não precisa arrecadar; São Paulo pode competir e esmagar o resto do interior brasileiro, com o processo da não fiscalização, já que o Código Tributário Nacional, hoje, impede-o de fazer alíquotas favorecidas, como fazia no sistema do antigo Código Tributário. Mas, hoje, São Paulo tem usado, lamentavelmente, como usou ontem a ilustre Deputada Cristina Tavares, de Pernambuco, também um Estado sofrido do Nordeste, exatamente para achincalhar com essa aspiração do povo amazônica que é a consolidação da Zona Franca de Manaus. E mais, a pretexto disso S. Ex^a assaca contra a honra e a dignidade de um dos homens competentes deste País, que é o Dr. Rômulo Vilar Furtado, conservado por todos os Governos, nos últimos 10 ou 12 anos, pela sua

competência, pela revolução que promoveu no setor de informação e comunicação neste País, - e mais uma vez está lá mantido pelo novo Governo, pela sua competência. Mas a ilustre Deputada, inadvertidamente, prestando-se a esses interesses inconfessáveis, assaca contra a honra desse cidadão e vai além, e traz, no seu discurso - discurso que serviu de pretexto para um longo telex que busca, exclusivamente, espinafrar, achincalhar e denegrir a SUFRAMA, por apoiar três projetos das áreas de informática que ali serão implantados. Só que V. Ex^a em prosseguindo as pegadas de Serzedelo Correia, que foi um exemplo de dignidade no Parlamento, por coincidência um homem da nossa Região Norte, que na primeira República deixou marcada, indelevelmente, a sua passagem pelo Parlamento em defesa dos postulados maiores no desenvolvimento daquela região. E, agora, V. Ex^a como o novo apóstolo dessa chamada Nova República, vem colocar-se com a solidariedade - tenha V. Ex^a a certeza de todos os Estados brasileiros que anseiam também em contribuir e desenvolver de maneira que tenhamos um Brasil harmonicamente desenvolvido e sem essa odiosa discriminação de rendas como chegamos a ter aqui um Brasil europeu e um Brasil Biafra; um Brasil paupérrimo, um Brasil miserável, como se constata em algumas regiões do Norte e Nordeste. Os meus aplausos e a minha solidariedade a V. Ex^a

O SR. FÁBIO LUCENA — Muito Obrigado nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Lembro a V. Ex^a que seu tempo está ultrapassado, mas pode V. Ex^a concluir o seu discurso.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, vou ouvir apenas os nobres Senadores Moacyr Duarte e Cid Sampaio.

O Sr. Cid Sampaio - Eminentíssimo Senador Fábio Lucena, quero felicitá-lo pelo seu posicionamento, não como nordestino pois V. Ex^a não fala como amazonense, mas como brasileiro. Se observarmos este País, notaremos que sob vários aspectos a diferenciação que se está criando entre as regiões está quebrando os vínculos que devem existir numa pátria una, entre seus filhos. Já o seringueiro da Amazônia, como o homem do agreste do Nordeste constituem um tipo físico diferente do tipo físico do Brasil desenvolvido, vez que lhe são negadas condições para que ele realmente se desenvolva física e intelectualmente como se vem desenvolvendo os brasileiros das áreas prósperas. Se fisicamente é gerada essa diferenciação, gera-se também sob o aspecto intelectual. Os centros e os institutos de pesquisa brasileiros que existem hoje em número de nove, oito deles são do sul do Brasil, e um único situa-se na Amazônia, destinado objetivamente à análise do comportamento geofísico daquela região. Não se trata de desenvolvimento científico. Recusam-se condições econômicas para que cresça a renda da população, permitindo até a vida que assegure o tipo étnico do brasileiro uniforme. Se no terreno científico não são dados ou não são instalados no Nordeste nem na Amazônia, institutos de pesquisa científica e tecnológica, que permita a essas regiões desenvolverem os seus conhecimentos, e se agora, em função mesmo dessa recusa, o País não permite que essas regiões cresçam industrialmente, baseadas num incentivo que é o pouco que resta de uma política que se pensou em implantar no Brasil, comete-se o maior crime, não contra a Amazônia, não contra o Nordeste, mas contra o Brasil, porque, quando não existir afinidade cultural, técnica, entre as populações dessas regiões, quando exclusivamente a terra for contígua em um mapa que não agasalhe sentidos de vida, condições de vida, conhecimentos, desenvolvimento intelectual semelhante, nessa hora será difícil manter a unidade deste País. V. Ex^a Senador Fábio Lucena, está desempenhando talvez o maior serviço que se

pode prestar a esta Pátria, para que ela possa conservar-se grande, una e desenvolvida. Muito Obrigado a V. Ex^a

O SR. FÁBIO LUCENA — Nobre Senador Cid Sampaio, como seu aplicado discípulo quero sublinhar que, por coincidência extraordinária, hoje, 21 de março, é um dos dias equinociais do ano. Sabe V. Ex^a que o ano tem 12 dias equinociais e hoje é um deles. O dia equinocial, sabe muito bem V. Ex^a é aquele em que o sol ilumina maior parte da superfície terrestre, tornando, por conseguinte, mais longa a duração da parte do dia solar, chamada particularmente o dia clareado pelo sol.

E assim sendo, nobre Senador Cid Sampaio, o seu aparte foi um aparte equinocial, que iluminou muito mais, para felicidade do meu Estado e da nossa Pátria, o meu ensombreado discurso.

Sou-lhe muito grato.

O Sr. Moacyr Duarte — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Para concluir, Sr. Presidente, ouço V. Ex^a nobre Senador Moacyr Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Peço ao nobre Senador que seja breve porque o tempo do orador já ultrapassou oito minutos.

O Sr. Moacyr Duarte — Nobre Senador Fábio Lucena, eu gostaria também de fazer minhas as palavras iniciais de V. Ex^a que se constituíram numa verdadeira exortação quando pede a Deus, sempre misericordioso, pela restauração da saúde do Presidente Tancredo Neves. Creio que esta é a voz e a oração uníssona do Brasil. No instante em que V. Ex^a ocupa a tribuna do Senado Federal para enfocar problema de tamanha relevância, como o que aborda, com muita propriedade e proficiência, V. Ex^a não o faz apenas como um representante do Estado do Amazonas, V. Ex^a recebe uma delegação implícita dos demais Senadores de todos os Estados do Nordeste do Brasil. V. Ex^a fala em nome de todos nós, porque, em verdade, V. Ex^a está procurando defender os interesses econômicos das duas regiões em estágio, ou em vias de desenvolvimento, que são a Região Amazônica e a Região Nordeste. Eu exalto a coragem cívica de V. Ex^a quando, no limiar desta Nova República, estranha, e estranha muito bem, essa simbiose havida entre o Ministro Renato Archer e o Sr. Edson Fregni. V. Ex^a faz muito bem em estranhar essa simbiose, porque ela só resultará e objetiva exclusivamente contrariar os interesses de nossas regiões, dos Estados que representamos. Cumprimento V. Ex^a nobre Senador Fábio Lucena, pela sua coragem, pelo seu patriotismo, e sobretudo pela eloquência e pela energia com que V. Ex^a defende os interesses da região que tão bem representa neste cenáculo.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço a V. Ex^a Senador Moacyr Duarte o aparte com que honra o meu pronunciamento.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex^a Senador Moacyr Duarte, que a coragem do homem amazonense não existiria se não fosse a coragem do homem nordestino, o grande Nordeste que desbravou e povoou a Região Amazônica e cujo sangue nordestino, nós os amazonenses com muito orgulho carregamos em nossas veias.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto. (Pausa.) S. Ex^a não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com muita insistência eu tenho usado da paciência dos meus pares para insistir quanto a uma das minhas maiores preocupações. E hoje, Sr. Presidente, eu volto a fazê-lo, volto porque, em realidade, o nosso País, pelo seu gigantismo, pela sua importância cada vez maior no contexto mundial, precisa, e urgentemente, passar por um processo de reeducação. Reeducação, Sr. Presidente, no sentido lato do verbo, não no sentido vulgar dessa confusão que se faz muito comumente com a mera instrução, mas sim, Sr. Presidente, no sentido do verbo latino do educere, do educir, do despertar daquilo que há de bom em cada um de nós, daquilo que os religiosos chamam de partícula divina ou a presença de Deus no homem. E é motivado por esta preocupação, Sr. Presidente, é que tenho insistido que se faz urgente que o nosso povo, que a nossa gente — aí sim — seja induzida a ter algum apreço pelos seus homens públicos. Mas, lamentavelmente, mesmo dentre os parlamentares mais notáveis, até mesmo dentre aqueles mais bem dotados pela providência divina, mais das vezes se prestam, não aos propósitos de Deus que "escreve certo em linhas tortas", mas aos propósitos de Satanás, que escreve errado em linhas certas.

Essa minha preocupação, Sr. Presidente, caua vez mais vai-se acendrando, cada vez mais vai-se acentuando em face dos noticiários da nossa imprensa que a cada dia, a cada instante, a serviço do propósito diabólico de denegrir os homens públicos do Brasil.

Tenho aqui, hoje em mãos, Sr. Presidente, um discurso que me parece, graças a Deus, não teve maior circulação na imprensa. Mas, de qualquer forma, "A Voz do Brasil", os Anais do Congresso, especificamente da Câmara dos Deputados, lamentavelmente o registrou. Neste discurso busca-se — como invariavelmente tem ocorrido, malgrado as minhas queixas, os meus lamentos e os meus protestos — roubar de um homem de bem, tirar de um homem público deste País, a única e verdadeira remuneração que o homem público, efetivamente, pode e deve esperar dos seus concidadãos que é o respeito e a estima. E, muitas vezes, Sr. Presidente, como é o caso em tela, com o propósito de servir a uma causa verdadeiramente impatriótica para atingir a Zona Franca de Manaus — como ainda há pouco eu ressaltava em aparte a S. Ex^a, o nobre Senador Fábio Lucena — a nobre Deputada Cristina Tavares, presa fácil que foi, instrumento que foi dos grupos interessados na não industrialização da Zona Franca de Manaus. Na realidade, S. Ex^a, buscava, na Câmara dos Deputados, achincalhar com a SUFRAMA, com os dirigentes da SUFRAMA, porque eles aprovaram, recentemente, três projetos que dizem respeito à informática e, por razões óbvias, encontraram guarida e apoio, concedidos pelo Governo Federal, sem nenhum favor, porque, em realidade, ou integramos a Amazônia ou vamos entregar a Amazônia. Mas o certo é que S. Ex^a, a nobre Deputada Cristina Tavares, para condenar a aprovação desses três projetos pela SUFRAMA, achou de investir contra a honorabilidade do Dr. Rômulo Vilar Furtado, que é um homem que, se precisasse de um atestado de competência, se precisasse de um atestado de honestidade pessoal, bastaria lembrar, Sr. Presidente, que três ministérios, três ministros de Estado, três Presidentes da República e o quarto agora, vêm mantendo aquele homem público à frente da Secretaria Geral do Ministério. Sr. Presidente, nem mesmo do mais radical dos opositoristas aos governos revolucionários, até hoje, eu não tive notícia nesta Casa ou na outra do Parlamento de onde eu vim, nesses vinte anos, não ouvi nenhuma crítica de maior relevo ao Ministério das Comunicações, tal o sucesso extraordinário que se alcançou naquele setor. E, no entanto, Sr. presidente, o grande artífice, o grande gestor, o grande gerente, pois sabemos todos nós que o Secretário-Geral é efetivamente o geren-

te da política de um ministério, é o administrador de fato. O Dr. Rômulo Furtado tem sido ali, como eu disse, o homem julgado imprescindível, a ponto que na chamada Nova República, que veio muito com aquele espírito janista da vassoura — esperamos em Deus, que não resulte e que não tenha as consequências da chamada vassoura que acabou varrendo o varredor — mas o certo é que, Sr. Presidente, neste veridaval, não tiveram como buscar o homem mais competente do que o Dr. Rômulo Vilar Furtado, para continuar gerindo o grande sucesso desses 21 anos de Governos pretéritos à frente da Secretaria Geral do Ministério das Comunicações. O que é engraçado, o que é doloroso — e seria engraçado se não fosse doloroso — é a levandade com que a nobre Deputada, escudada nas imunidades parlamentares, assaca contra a honra do Dr. Rômulo Vilar Furtado, como se fora ele o responsável pelas decisões finais. Ela o acusa de praticar ali uma política antinacionalista de fazer negociações com concessões. Ora, sabe o Senado, sabe o Brasil, que as concessões de televisão são de competência exclusiva do Senhor Presidente da República. E as concessões de alguns tipos de canais de rádio são da competência exclusiva do Ministro titular das Comunicações e outras da competência exclusiva do Presidente da República. Mas não me consta que tenha o Secretário-Geral condições ou competência...

O Sr. Odacyr Soares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer, Ex^a

O SR. ODACYR SOARES — Eu queria apenas dizer a V. Ex^a, acrescentando alguma coisa ao seu discurso, que as concessões são da competência exclusiva do Presidente e as permissões são da competência do Ministro de Estado da área no caso, o das Comunicações. Mas, todos os contratos, todas as concessões ou todas as permissões que são outorgadas às empresas de comunicações resultam de uma concorrência pública, de âmbito nacional, na qual os interessados cumprem as normas estabelecidas naquela concorrência, cumprem as condições dos editais e, no final, terminam vitoriosos. De modo que, apesar de as decisões serem afinal do Ministro de Estado e do Presidente da República, elas são sempre prolatadas em conformidade com os processos de concorrência pública instaurados pelo Governo Federal na forma do que estabelece o Código Nacional de Radiodifusão. De modo que não tem muito segredo nem muito mistério, porque essa legislação vem sendo utilizada há muito tempo no Brasil, tendo sido atualizada da Revolução para esta data mas, fundamentalmente, todo o sistema de radiodifusão, de som e de imagens hoje em funcionamento no Brasil — todo o sistema decorre dessa legislação, decorre dessas concorrências. E foram as permissões e as concessões todas objeto de atos como consequência das respectivas concorrências públicas. De modo que era apenas esse o esclarecimento que eu queria integrar ao discurso de V. Ex^a, agradecendo esta oportunidade.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Fico-lhe agradecido porque, realmente, V. Ex^a dirime, e eu devo até penitenciar-me aqui porque, em que pese eu presidir a Comissão de Comunicação do Senado, esse detalhe escapava-me. V. Ex^a com muita lucidez, extremou de dúvida mais este aspecto da questão, porque, em realidade, se é objeto de uma licitação, embora possa-se criticar a legislação, porque afinal é um ato de soberania do Presidente da República optar entre os classificados e, mais das vezes, até por razões de ordem político-partidária, mas, de qualquer forma, não é o Secretário-Geral que toma essa decisão.

Logo, Sr. Presidente, este meu pronunciamento, para o qual eu já tinha pedido a V. Ex^a que me inscrevesse e me concedesse a oportunidade de falar, quase que se tornou superveniente, porque eu já tinha consignado, em

aparte ao nobre Senador Fábio Lucena, o meu repúdio, o meu protesto a esse desserviço que a nobre Deputada Cristina Tavares está prestando, S. Ex^a que é representante também de uma região pobre, no caso, o Estado de Pernambuco, que, embora não sendo tão fustigado quanto aos demais Estados nordestinos, mas sabemos que, Pernambuco também vive dificuldades. No entanto, S. Ex^a não teve a sensibilidade, como mulher, como mãe, como parlamentar, para verificar que, para prestar serviços aos adversários da SUFRAMA, aos adversários da Zona Franca de Manaus, há aqueles que querem que o Brasil continue com todo o seu potencial, com todas as suas poupanças carregadas para o Rio de Janeiro e São Paulo, não precisaria ela enlamear, tentar enodar a honra de homem de bem, porque, em realidade, os ataques sem nenhuma consistência, totalmente superficiais, àquele que, vale repetir, se houve tão bem à frente da Secretaria Geral do Ministério, que quatro ministros consecutivos, considerando o atual, vêm mantendo, à frente da Secretaria Geral, porque, obviamente, não têm ninguém mais qualificado para substituí-lo, em que pese os protestos da Bancada do PMDB, como mesmo cita aqui S. Ex^a, a Deputada Cristina Tavares. Mas, mesmo arrostando, contrariando os seus companheiros de Governo, o novo Ministro mantém ali o Dr. Rômulo Vilar Furtado, por entendê-lo imprescindível. Mas, na verdade, a nobre Deputada Cristina Tavares outra coisa não queria senão divulgar este telex que aqui está, Sr. Presidente, que peço permissão a V. Ex^a para encaminhar à Taquigrafia, porque é um documento, sobscrito por diversas entidades, por diversos cidadãos que se intitulam representantes dessas entidades, mas que, sem dúvida alguma, nenhum deles está preocupado em que tenhamos um Brasil que cresça harmonicamente, que cresça um Brasil como o defendido, ainda há pouco, pelo nobre Senador Cid Sampaio, um Brasil harmônico, um Brasil unido, como uma família preocupada, em torno de si como um todo. Parece-me que esses cidadãos, egoístas e avaramente, querem mais, porque querem tudo, Sr. Presidente, mesmo que isso resulte em ressentimentos, que aprofunde ressentimentos indesejados por todos nós, mas preocupados em ganhar mais e mais, mesmo que isso signifique o esfacelamento da Federação, mesmo que isso signifique mágoas e ressentimentos, como eu disse e repito, indesejados por todos os brasileiros.

Sr. Presidente, com essas considerações e pedindo a V. Ex^a que considere como lido o telex, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me concedeu para consignar, mais essa vez, nos Anais, essa minha preocupação, que haja mais respeito pelos homens públicos, principalmente de nossa parte, que temos constitucionalmente imunidade, mas que façamos uso dessas imunidades, Sr. Presidente, em defesa da verdade, da honra, da dignidade, e não para denegrir, não para subtrair dos homens de bem a única e importante remuneração que se recebe na causa pública que é o respeito e a estima dos nossos concidadãos.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BENEDITO FERREIRA EM SEU DISCURSO:
TLX.NR.0081/85

13-03-85

"De: Abicom

AA: Exm^a Sr^a Deputada Cristina Tavares

Excelentíssima Senhora:

As entidades que compoem o movimento Brasil Informática, ação que conta com a adesão de cerca de 300 entidades em todo País, vem manifestar sua indignação diante de recente ato de desrespeito a lei de informática, praticado pelo conselho da SUFRAMA, mediante recomendação do representante do Governo do Estado do Amazonas.

A Lei de Informática, recentemente aprovada no Congresso Nacional, após um amplo debate a nível nacional,

define que os projetos de informática a serem implantados na zona franca de Manaus precisam de aprovação prévia da SEI — Secretaria Especial de Informática. Os incisos 2.3 e 2.4 do convênio ratificado pelo artigo 29 da lei não deixam dúvidas:

“2.3 — Esses projetos (para industrialização, na zona franca de Manaus, de bens de informática), serão, preliminarmente, encaminhados pela SUFRAMA a apreciação da Secretaria Especial de Informática, que os analisará (...) segundo os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática. Em seguida, a SUFRAMA emitirá pareceres técnicos quanto a aspectos de sua competência.

2.4 — Os projetos que tenham recebido pronunciamentos favoráveis da SEI e da SUFRAMA, serão submetidos ao Conselho de Administração da SUFRAMA (...).”

Em sua última reunião (8-3-85), o Conselho da SUFRAMA aprovou três projetos de informática sem o parecer da SEI, em flagrante desrespeito a lei. Estes três projetos encontravam-se em análise pela SEI, que aguardava a reunião do CONIN — Conselho Nacional de Informática e Automação, incumbido de definir critérios para sua aprovação. Em seu artigo 7, inciso VII, a lei exige que toda a política regional (como é o caso da zona franca de Manaus), que afete o setor de informática, deve se subordinar a Política Nacional de Informática. E cabe ao CONIN definir os critérios de compatibilização. Assim, o CONIN deverá garantir o “direcionamento de todo o esforço Nacional no setor, visando ao atendimento dos Programas prioritários do desenvolvimento econômico e social e ao fortalecimento do Poder Nacional, em seus diversos campos de expressão” (inciso VII, artigo segundo).

A Lei de Informática foi promulgada pelo Congresso Nacional visando a construção da soberania nacional, e por isso ela sofre intensas pressões externas. Não obstante, a Nação tem resistido a todas essas pressões. É insensato permitir que o interesse exclusivamente regional se some as pressões externas, colocando em risco o esforço nacional.

Diante dessa aprovação, que não apenas põe em risco a política de informática, mas acima de tudo desrespeita as instituições básicas da Nação, o mínimo que se pode esperar dos responsáveis pela democracia que ora se constrói, é a anulação deste ato arbitrário e ilegal. O desrespeito flagrante as leis e intolerável e inadmissível, e exige ação forte e urgente.

Aguardando providências de V. Ex^a

Respeitosamente,
Movimento Brasil Informática

Assis Aderaldo, Presidente da APPD — Associação dos Profissionais em Processamento de Dados.

Cláudio Z. Mammanna, Presidente da SBC — Sociedade Brasileira de Computação.

Crodowaldo Pavan, Presidente da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Edson Fregni, Presidente da ABICOMP — Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos.

João Eduardo Moritz, Presidente da FNE — Federação Nacional dos Engenheiros.”

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB. RJ. — Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente,
Srs. Senadores:

O norte fluminense, uma das regiões mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, vivendo predominantemente, de atividades agropecuárias, foi violentamente castigado, em fevereiro último, por violentas tempestades, quando as inundações devastaram vários municípios e centenas de propriedades agrícolas, ocorrendo não apenas graves prejuízos materiais, mas também a perda de preciosas vidas humanas.

Onde não houve mortes, como é o caso de Cardoso Moreira, os prejuízos materiais foram de grande monta, principalmente nos subúrbios e povoados da baixada campista, onde os pequenos proprietários rurais e os “boias-frias” da lavoura canavieira perderam seus últimos bens, consistentes em pequenas lavouras de subsistência, alguns animais de pequeno porte, modestos móveis comprados a prestação, pobres barracos humildes casas de aluguel, levados pela águas lamacentas.

Esperava o povo que o prefeito de Campos declarasse o estado de calamidade pública, o que não ocorreu, porque implicaria, também, na concessão da anistia fiscal, devendo-se considerar, no caso, que o orçamento municipal é bastante onerado, não podendo atender a essa gama de necessidades extraordinárias, ocorrentes nos distritos e povoados.

Agora, decorrido mais de um mês dessas enchentes, queremos ouvir do Governo fluminense um relato das providências tomadas no âmbito estadual para acudir esses modestos lavradores e “boias-frias” da baixada campista e do norte fluminense, imperativo que seja minorado o sofrimento da humilde e sacrificada gente rural.

Quando tais ocorrências se verificam nas favelas dos grandes centros urbanos, ocorrem, desde logo, providências imediatas, em primeiro lugar como consequência da repercussão das intempéries nos órgãos de divulgação, muito mais próximas.

Em tal caso, não se mobilizam apenas as autoridades municipais e estaduais, mas os próprios órgãos componentes do Governo Federal, vinculados ao Ministério do Interior, se mobilizam, para acudir os flagelados.

Assim, principalmente em nome do povo de Cardoso Moreira e distritos rurais de Campos, fazemos um veemente apelo às autoridades federais, estaduais e municipais, no sentido de acudir as vítimas das enchentes de fevereiro no norte fluminense e na baixada campista.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nestes últimos dias, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o jornal O Globo publicou um magistral artigo do jornalista Roberto Marinho, intitulado “Posse e Credibilidade”.

O documento inicia com uma afirmação categórica: “A Nação perdeu a festa que esperava. Mas ganhou definitivamente a confiança no Congresso e na estabilidade das instituições democráticas”. Mais adiante, o Sr. Roberto Marinho afirma: “José Sarney, Vice-Presidente eleito, tomou posse. Não para cumprir uma formalidade. Mas para governar efetivamente, já”.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mesmo para constar dos Anais desta Casa, como uma contribuição histórica, visando deixar bem claro o momento que se vive para a felicidade de todo o povo brasileiro.

POSSE E CREDIBILIDADE

Roberto Marinho

A Nação perdeu a festa que esperava. Mas ganhou definitivamente a confiança no Congresso e na estabilidade das instituições democráticas.

Na angústia que aturdiu o País na madrugada do dia 15 ocorreu um fato novo, de consequências inelutáveis: ao invés de consultas a comandos militares como era usual nas crises dos últimos anos, consultou-se simplesmente a Constituição. Consumou-se a mudança fundamental: persiste a Segurança, garantida pelas Forças Armadas; porém, acima de tudo, temos a Lei.

Foi alto o preço pago. A figura política que até hoje mais simpatias despertou no povo brasileiro, renovando

e consubstanciando esperanças que pareciam perdidas, esteve com a vida ameaçada. E enquanto se temia por seu destino, difundia-se uma tensa preocupação com o sorte do novo regime que se instaurava. Em poucas horas, porém, prevaleceu a consciência histórica de que o período de arbítrio está encerrado.

José Sarney, Vice-Presidente eleito, tomou posse. Não para cumprir uma formalidade. Mas para governar efetivamente, já.

Há impaciência em todos os setores e regiões do País com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Nova República. Não se pode esperar pelo pleno restabelecimento do Presidente Tancredo Neves, inclusive porque a maneira mais adequada de se respeitar o comando que a Nação lhe confiou, é dar início à execução de suas diretrizes. Não estamos mais na época em que se podia interpretar como “traição” ao Presidente o fato do Vice-Presidente dedicar-se integralmente às suas atribuições constitucionais.

Os discursos de posse dos diversos Ministros confirmaram de um modo geral os rumos anunciados por Tancredo Neves.

Em seus pronunciamentos, os três Ministros militares afirmaram o propósito de orientar a sua atuação de acordo com “os textos constitucionais republicanos”, destacando-se a declaração do General Leônidas Gonçalves de que a missão das Forças Armadas é a de “garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

Francisco Dornelles empenhar-se-á em “atingir a unidade orçame tária”, visando ao controle global das contas públicas. Prometeu recuperar as estruturas patrimoniais das empresas privadas, combater a inflação em todas as linhas de ação da Fazenda, ressaltando que o “comércio exterior é o instrumento básico a ser utilizado para remover o estrangulamento externo”.

Nesse mesmo sentido Olavo Setúbal preconizou uma nova “Diplomacia para Resultados”, baseada na consciência do “esgotamento das soluções internacionais da ordem econômica de Brettons Woods”, devendo concretizar-se por “uma vigorosa atuação nas instituições em que houver interesses diretos para o Brasil”, de modo que nos Acordos Comerciais não mais estaremos submissos às “tomadas de decisões desses foros”.

Isso significa que a política de exportação do País, especialmente a do café e do açúcar, que deverá ser orientada pelo Ministro Roberto Gusmão, em consonância com os demais ministérios da área econômica, sofrerá uma modificação profunda, tal como foi anunciada pelo novo titular do MIC.

Antônio Carlos Magalhães deixou claro que o desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicação do País será posto a serviço dos programas de educação, saúde, controle das safras, acompanhamento dos preços, bem como da segurança e defesa das nossas fronteiras e das nossas reservas naturais, agrícolas e minerais.

Em síntese, as promessas foram reiteradas. Resta cumpri-las.

Confia a Nação em que os novos governantes não percam tempo renovando críticas aos erros passados, pois os mesmos são sobejamente conhecidos. Para corrigi-los é que se implantou a Nova República.

A partir de hoje, o Governo consolida a sua credibilidade ou começa a perdê-la.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por deliberação da minha Liderança, faço parte, juntamente com o Senador Aloysio Chaves, da Comissão

Página Inexistente

Página Inexistente

candidatos a deputados federais — poderiam tê-lo a partir dos 18 anos.

Seria esta uma maneira de atender aos reclamos da juventude realmente politizada, possibilitando o rejuvenescimento do corpo legislativo nacional que, em breve, terá atividade constituinte para produzir a Carta Magna que, presumivelmente, regulamentará a vida e os direitos do cidadão brasileiro no ano 2000.

Diante do exposto, anexo a este Relatório proposta de emenda constitucional, objetivando a alteração do artigo 39 da Constituição Federal.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 1985

Modifica o art. 39 da Constituição Federal.

Artigo único — O caput do art. 39 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39. A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e setenta e nove representantes do povo, eleitos dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território.

§ 1º
§ 2º
§ 3º”

Brasília, de

SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com imenso pesar que comunico à Casa o falecimento do prefeito de Apodi, Hélio Morais Marinho, que já exercera mandato anterior, de vice-prefeito sendo pessoa muito estimada de seus munícipes.

Antigo funcionário da COSERN, tornou-se liderança municipal por um paciente trabalho junto às bases populares do Município.

Apodi é o Município de maior área geográfica no oeste Potiguar, o segundo em número de habitantes e apresenta imensurável potencial agropecuário.

A perda de seu prefeito, traumatiza a população com quem nos solidarizamos, neste momento difícil, esperando de Deus, nosso Pai, consolo à família enlutada e proteção à comunidade apodiense.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nosso País possui reservas conhecidas de carvão da ordem de 22,8 bilhões de toneladas, o que equivale a 58% do total das nossas reservas energéticas não renováveis.

Isto significa, Sr. Presidente, que podemos nos tornar auto-suficientes em energia de origem fóssil, se aplicarmos uma política condizente com a nossa realidade. O carvão é, já agora, um formidável fator de economia de divisas. Em 1984, seu consumo foi superior a 68.000 b/d, uma poupança, portanto, de 770 milhões de dólares naquele ano.

Em que pese a baixa porcentagem de consumo do carvão nacional, que está em torno de 2% do consumo de energia primária, o carvão propicia mais de 15.600 empregos diretos. A par disto, a lavra de carvão por empresas brasileiras possibilita o progresso do conhecimento técnico-científico, com reflexos no aumento da produtividade na própria área da lavra, assim como em outros setores tecnológicos ou científicos de setores afins. Ao mesmo tempo, os investimentos em moeda nacional contribuem de maneira cumulativa para a economia de divisas, tendo em vista que se estima em US\$ 50,00 (cinquenta dólares) a capacidade de produção para cada tonelada de minério por ano.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que o setor carbonífero se desenvolva, necessita-se de uma série de providências administrativas, de alcance ministerial, tais como:

a) definição de uma política para o setor, integrada no contexto geral da política energética;
b) a criação de um órgão específico para a coordenação de todas as atividades vinculadas ao ciclo do carvão;

c) identificação dos mercados vocacionados para o carvão e introdução das tecnologias de gaseificação e liquefação;

d) implantação de infra-estrutura compatível de transporte e transbordo dos centros produtores aos centros consumidores;

e) estabelecimento de política de preços relativos, que estimule, permanentemente, a opção pelo alternativo energético nacional;

f) alocação de recursos em nível adequado para os projetos de expansão da produção e do beneficiamento, para a garantia do preço compensador ao consumidor e para este converter-se ao uso do carvão.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, é necessário que se revejam os critérios de subsídios em toda a área energética, pois o subsídio ao carvão, quando e onde ocorre, é sempre diferenciado do estímulo dado ao óleo combustível, à energia elétrica e ao próprio carvão vegetal, este último indiretamente subvencionado através do reflorestamento.

É necessário, ainda, que o subsídio não seja inversamente proporcional à qualidade do carvão, pois isto tem provocado anomalias diversas, a ponto, por exemplo, do carvão catarinense de tipo CE—5.200 chegar mais caro ao Rio de Janeiro em função do subsídio que recebe. Outra anomalia é que o subsídio ao carvão de qualidade inferior, em detrimento do subsídio ao carvão superior cria uma inversão na economia e na ecologia, em razão do dispêndio desnecessário com o transporte de

enormes quantidades de rejeitos, especialmente cinzas, com grande ônus para a economia do País.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a par da racionalidade que precisa ser adotada no sistema de comercialização do carvão, a cargo da CAEEB, é preciso que sejam desde logo liberados os recursos orçamentários alocados a esse fim (120 bilhões, no ano, dos quais 26 bilhões já liberados) e que se reforce o orçamento em nível adequado à normalidade das operações de comercialização do corrente ano.

Era o que queria dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 1, de 1985, da Comissão Diretora, que dispõe sobre a incorporação dos proventos de aposentadoria de servidores inativos do Senado Federal, da gratificação de nível superior e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 831/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a incidência de correção monetária dos depósitos judiciais, tendo

Pareceres Favoráveis, sob nºs 938, 939 e 940, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça;
— de Economia; e
— de Finanças.

- 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1982 (nº 342/75, na Casa de origem), modificando os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências, tendo

Pareceres Favoráveis, sob nºs 609 e 610, de 1983, das Comissões:

— de Agricultura, e
— de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

Ata da 20ª Sessão, em 21 de março de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente —

Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte

— Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães

— Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado de Santa Catarina, o ofício Nº 14, de 1985 (Nº 98/85, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal à fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 831/79, na casa de origem), que dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais, tendo:

Pareceres Favoráveis, sob nºs 938, 939 e 940, de 1983, Das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1982

(Nº 831/79, na Casa de origem)

Dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Quaisquer importâncias em dinheiro, cujo levantamento ou utilização depender de autorização judicial, serão obrigatoriamente recolhidas ao Banco do Brasil S/A, à Caixa Econômica Federal, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, ao Banco da Amazônia S/A, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, às Caixas Econômicas Estaduais ou ao Banco de que o Estado-membro da União possua mais da metade do capital social integralizado.

Parágrafo único. Os depósitos judiciais previstos neste artigo, relativos a procedimentos de com-

petência de juízes federais ou estaduais, ficarão sujeitos a juros e correção monetária, calculados e pagos segundo os critérios e percentuais vigentes para as cadernetas de poupança.”

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — O inciso I do art. 666 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 666.

I — Em estabelecimentos bancários, na forma do disposto no art. 1.219 desta lei; ou, na falta de tais estabelecimentos ou agências suas no local, em qualquer estabelecimento designado pelo juiz, nas mesmas condições do citado art. 1.219, as quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos, bem como os papéis de crédito.”

II — O art. 1.219 passa a vigorar com a forma a seguir:

“Art. 1.219. Em todos os casos em que houver recolhimento de importância em dinheiro, esta será depositada em nome da parte ou do interessado, em conta especial, movimentada por ordem do juiz, no Banco do Brasil S/A, na Caixa Econômica Federal, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no Banco do Nordeste do Brasil S/A, no Banco da Amazônia S/A, no Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, nas Caixas Econômicas Estaduais ou em banco de que o Estado-membro da União possua mais de metade do capital social integralizado.

Parágrafo único. Esses depósitos ficam sujeitos a juros e correção monetária, calculados e pagos segundo os critérios e percentuais vigentes para as cadernetas de poupança.”

Art. 3º Os juros e a correção monetária, para os depósitos judiciais em dinheiro já existentes, serão devidos a partir da data de publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1982 (Nº 342/75, na Casa de origem), modificando os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 609 e 610, de 1983, das Comissões:

- de Agricultura; e
- de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 1982 (Nº 342/75, na Casa de origem)

Modifica os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que “cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 2º e o art. 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que “cria o Sistema Nacio-

nal de Cadastro Rural, e dá outras providências”, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam obrigados a prestar declaração de Cadastro, nos prazos e para os fins a que se refere o artigo anterior, todos os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais que sejam ou possam ser destinados à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, localizada fora da zona urbana do Município.

Art. 6º Para fim de incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, a que se refere o art. 29 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, considera-se imóvel rural aquele que comprovadamente se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, localizada fora da zona urbana do Município.

Parágrafo único. O imóvel que não se enquadrar no disposto neste artigo estará sujeito ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a que se refere o art. 32 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 4, DE 1985

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1985, de autoria dos líderes Aloysio Chaves, Nelson Carneiro e Roberto Saturnino, solicitando, nos termos do Art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 15, DE 1985

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 37/85, dos Senadores Roberto Campos e José Ignácio Ferreira, de adiamento da votação para o dia 18 de abril de 1985.)

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 40, DE 1985

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1985, de autoria dos líderes Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1983 (nº 263/83, na Casa de origem), que exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 1979

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes

Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao Art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Pareceres, sob nºs 184 e 185, de 1984, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, Favorável.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1979

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), tendo

Pareceres, sob nºs 298 a 301, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de nº 1—CCJ;

— de Legislação Social, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Humberto Lucena;

— de Economia, contrário; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador Mauro Benevides.

— 6 —

PROJETO DE LEI SENADO Nº 2, DE 1980

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senador nº 2, de 1980 de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo

Pareceres, sob nºs 747 e 748, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Moacyr Dalla; e

— de Educação e Cultura, Favorável.

— 7 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 1980

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do Art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico, tendo

Pareceres, sob nº 1.032, de 1980 e nº 415, de 1984, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, 1º Pronunciamento: pela inconstitucionalidade; 2º Pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 1980

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GASTÃO MÜLLER NA SESSÃO DE 8-3-85, QUE SE REPUBLICA POR Haver SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 9-3-85:

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho dois assuntos a tratar. Hoje é o Dia Internacional da Mulher, e ao começar este pronunciamento, quero homenagear as mulheres de um modo geral, aqui representadas, no momento, por duas taquígrafas, duas jornalistas e uma enfermeira de plantão. De modo global, Sr. Presidente, quero reverenciar, no Dia Internacional da Mulher, no sentido amplo da palavra, a uma menina de cor, obscura, de uma favela de Cuiabá, que se revelou uma grande atleta brasileira, distinguindo-se em todas as corridas em que tem tomado parte, tendo se colocado por duas vezes em segundo lugar na grande Corrida de São Silvestre em São Paulo. É a Jorilda, a pequena Jorilda, que faço a representante da mulher para consignar as homenagens minhas e do PMDB que neste instante lidero, à mulher, no seu dia consagrado internacionalmente. Que seja neste ano, portanto, a Jorilda a mulher-símbolo na amplitude internacional. (Pausa).

Sr. Presidente, outro assunto me traz à tribuna:

Existem discursos, entrevistas, enfim, manifestações das figuras de destaque da vida brasileira que não podem ser esquecidas. Deve-se registrá-las nos Anais, por exemplo, no caso em pauta, do Congresso Nacional, onde militamos como representantes do povo de Mato Grosso, a entrevista do Presidente Tancredo Neves.

No dia 17 de janeiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Presidente eleito do Brasil, Dr. Tancredo Neves, demonstrando que vai haver mudanças na vida política e administrativa do País, deu magistral entrevista à imprensa brasileira e estrangeira, no Plenário da Câmara dos Deputados. Nessa oportunidade, o Presidente Tancredo Neves, "deu as linhas mestras de seu governo" e mostrou a toda a Pátria e também aos de outras Pátrias que é o homem talhado para dirigir o Brasil, neste momento, tão angustiado da nacionalidade. O Brasil inteiro aplaudiu a entrevista, paralelamente, a demonstração cabal do Presidente Tancredo Neves que mudanças existirão, no seu Governo. O contato pessoal com a imprensa, de forma ordenada e respeitadora será um fato normal do seu Governo. O Presidente Tancredo Neves não terá porta-voz. Ele dialogará com a imprensa e assim colocará o povo brasileiro e estrangeiro, a par dos acontecimentos e das providências tomadas.

Leio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a referida entrevista para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

O Presidente eleito, Tancredo Neves, deu as linhas mestras de seu Governo na sua primeira entrevista formal após a vitória, no dia 15. Os temas dominantes foram inflação, dívida e, é claro, democracia.

AS MUITAS FACES DA NOVA REPÚBLICA

"Como democratas que somos, sabemos que não compensaram as vantagens de ordem material com terríveis restrições impostas à Nação nesses últimos 20 anos". Esta declaração, contida na resposta à jornalista Sonia Carneiro, da Rádio Jornal do Brasil, o Presidente eleito Tancredo Neves procurou diferenciar com toda a clareza o Governo civil que pretende realizar dos Governos militares: que dirigiram a Nação nos últimos 20 anos.

Durante quase duas horas, respondendo à cerca de 50 perguntas de diferentes jornalistas presentes a sua primeira entrevista coletiva, o Presidente eleito, Tancredo Neves, foi deixando claro a cada pergunta as "mudanças" prometidas durante a campanha.

"O nosso compromisso é realizar um governo austero, digno e de irreprovável moralidade administrativa. No nosso governo, qualquer deslize que se pratique com a confiança do povo, será punido severamente de acordo com as leis administrativas", disse ao responder uma

pergunta de Maurílio Grilo, da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte.

Ao falar sobre o Pacto Social, o Presidente eleito mais uma vez deixou claro que seu Governo não apostará em superprojetos, em obras faraônicas, mas apostará nos trabalhadores: "Isso tem que ficar permanentemente explícito, porque os trabalhadores já não têm mais nada o que dar, e eles vêm corando na própria carne, porque é sobre os seus ombros que tem sido lançada a responsabilidade da manutenção da ordem política e social do Brasil nesses últimos 20 anos."

O clima da entrevista foi de grande civilidade e o Jornal de Brasília esteve presente através de duas perguntas: uma do analista Haroldo Hollanda, sobre as contradições entre inflação e desenvolvimento; e da do repórter Luiz Artur Toribio.

Ao final desta sua entrevista coletiva, o Presidente eleito Tancredo Neves confidenciou a um dos seus assessores sua satisfação pela "forma organizada" com que a entrevista se desenvolveu e registrou também a preocupação dos entrevistados com os temas econômicos.

Barbosa Lima Sobrinho — "Situemo-me no campo da inflação, que é o maior problema que o Brasil encara nesse momento. Gostaria, por isso, de perguntar: com uma inflação de 220%, a maior já verificada no Brasil, e com o compromisso de procurar combater a recessão e proporcionar novos ambientes aos empregos e aos salários do operariado nacional, gostaria de perguntar em que momento e que período as medidas tomadas pelo seu governo irão refletir-se em realidades perceptíveis para todos os brasileiros e para todas as famílias que compõem a nossa nacionalidade. Naturalmente que não esperamos milagres, porque milagres nessa área seriam de todo impossíveis, e depois, se a conhecemos bem, sabemos como podem ser os milagres no Brasil. Mas gostaríamos, por isso, de perguntar que tempo será necessário para que esse trabalho, esse esforço, se reflita em medidas práticas que deem ao povo brasileiro a satisfação de contar com um novo governo, que se destina exatamente a propugnar por todas as medidas que vão proporcionar a sua felicidade. É a primeira pergunta.

Tancredo Neves — Quero agradecer a oportunidade que se me depara de poder falar à imprensa de meu País e à imprensa internacional aqui representada, logo em seguida à minha eleição para Presidente da República. Quero, com isso, manifestar meu apreço e minha admiração a esses que se dedicam à atividade jornalística. E não encontraria maneira mais expressiva para simbolizar todos os meus sentimentos, a não ser exaltando a figura dessa exemplar personalidade brasileira que é Barbosa Lima Sobrinho. (Palmas.)

Ele um dos mais intransigentes, dos mais decididos e dos mais determinados líderes da democracia brasileira. Ele, um dos mais devotados defensores da liberdade de imprensa em nosso País. Ele mesmo, pela sua própria vocação e convicção, uma das penas mais ilustres, mais vibrantes, mais dignas e corajosas de que se honra a imprensa brasileira. Ao iniciar essa nossa conversação, eu queria, de início, deixar bem assentado que a grande tarefa de meu governo deve ser a retomada do crescimento econômico, que precisará resultar na criação de novos empregos, na melhor remuneração da força de trabalho e melhor redistribuição da renda nacional. Essa retomada do processo de crescimento não se sustentará em bases sólidas sem que haja uma reversão do processo inflacionário, o saneamento financeiro do setor público e se mantenha o equilíbrio das contas externas.

Passo agora a responder a primeira pergunta formulada aqui pelo nosso eminente mestre Barbosa Lima

Sobrinho: "Como conciliar uma inflação que já vai à 230% com o processo da retomada do desenvolvimento econômico?" Ainda há pouco, falando à imprensa do País, tive a oportunidade de responder a essa pergunta de maneira muito explícita, muito clara e muito objetiva, e vou-me permitir valer-me dessas declarações, pois que elas guardam perfeita sintonia com a interpelação muito honrosa que acaba de ser feita.

A inflação — dizia eu — tem tantas e tão grandes repercussões negativas, sobretudo para os setores mais carentes da população, que torna dispensável, discutir a necessidade de combatê-la com rigor e persistência.

A inflação tem componentes políticos, econômicos e até mesmo psicológicos. Para combatê-la, temos que atuar simultaneamente e com a mesma força nos três campos.

No campo político, cabe-nos persuadir através do diálogo, as lideranças partidárias e os diversos segmentos representativos da sociedade civil, de que a vitória sobre a inflação exige o engajamento de todos. Existe uma distribuição dos custos da política antiinflacionária que deve ser compatível com as possibilidades de cada um. Não é justo que esses custos recaiam unicamente sobre os ombros de um determinado segmento social.

No campo econômico a ênfase tem de concentrar-se no esforço para melhorar a produtividade do gasto público, com o combate sistemático a todos tipos de desperdício ou de despesas suntuárias, criteriosa seleção de prioridades na aplicação de recursos, privilegiando aquelas que gerem retornos mais rápidos, utilizem mão-de-obra intensiva e tenham maior repercussão social. Deve existir maior controle na expansão das atividades do Estado. Sobre tudo aquelas não diretamente vinculadas às funções privativas do poder público. São exatamente essas atividades as que mais tem pressionado para o aumento do déficit do setor público que esta longe do controle desejado, ao contrário do que apregoa o Governo.

A política monetária e creditícia tem de ser reorientada da maneira a reduzir ao estritamente indispensável a, emissão de títulos da dívida pública e direcionar o crédito para os setores que ofereçam maior contribuição à geração de empregos e de renda.

No chamado componente psicológico, o êxito da política antiinflacionária exige que o governo seja exemplar em matéria de austeridade e de eficiência administrativa, como forma de infundir, na população a indispensável confiança nas medidas que venha a adotar para conter a alta dos preços.

Sem credibilidade governamental, qualquer política antiinflacionária está fadada ao fracasso e esta credibilidade somente será obtida através de um comportamento sóbrio, sereno, democrático, firme e coerente de todos os que detenham função de governo.

Pergunta, o nosso eminente mestre, que medidas devem ser tomadas visando a retomada do desenvolvimento econômico e a criação de empregos. Respondo: a retomada do desenvolvimento e a elevação do nível de empregos constitui, realmente, prioridade indispensável para que possamos superar a crise, equacionar os problemas que nos afligem e, sobretudo restituir a esperança ao nosso povo.

Entretanto, a eficácia de qualquer mudança política econômica está sujeita à pré-condição sem a qual simples adoção de alternativas técnicas estará condenada ao insucesso. Refiro-me à preliminar política que invoca os aspectos de confiança, credibilidade, e apoio popular. Assegurada esta preliminar e restabelecida a credibilidade a situação poderá desanuviar e as alternativas técnicas passarão a definir as condições indispensáveis. Por isso mesmo vou constituir um Ministério da alta qualificação e indiscutível idoneidade.

"A partir de 15 de março, mudarão no Brasil, primeiro a mentalidade, segundo o comportamento, terceiro o estilo e quarto, o acatamento a todos os direitos e liberdades democráticas"

Com a ajuda dessa equipe e com base nos estudos, que até lá já estarão inteiramente concluídos, serão imediatamente implementadas as medidas indispensáveis à retomada do desenvolvimento e à elevação do nível de emprego.

Que medidas são essas?

Bem, não obstante às dificuldades com que nos debatemos e à maior inflação de nossa história, existem condições que nos permitem antever a possibilidade de uma recuperação econômica. O ciclo dos grandes investimentos necessários à construção de nossa infra-estrutura e à instalação de capacidade satisfatória nas áreas de insumos básicos, bens de capital, etc., está praticamente encerrado. Existe, aliás, capacidade ociosa em vários setores industriais. Não necessitaremos de grandes investimentos, se reorientarmos a retomada em direção aos setores que além de absorver maior quantidade de mão-de-obra, atendam simultaneamente à satisfação das carências básicas da população em matéria de alimentação, vestuário, educação, habitação, saúde, saneamento etc.

O País tem capacidade industrial ociosa e alguma disponibilidade para crescimento das importações, o que garante aumento da produção sem pressões inflacionárias e sem danos maiores ao equilíbrio das contas externas.

Além disso, de imediato, pretendo lançar um programa baseado em obras públicas espalhadas por todo o território nacional, sobretudo em áreas carentes, voltadas para saneamento, melhorias urbanas, programas de habitação popular, etc., o que beneficiarão as classes sociais menos favorecidas. Estas obras públicas consumirão grandes quantidades de mão-de-obra e serão possibilitadas financeiramente por um remanejamento de despesas públicas, desviando verbas que hoje são alocadas ao consumo suntuário do Governo ou em obras faraônicas e desnecessárias. Este programa terá ainda o mérito de ser executado descentralizadamente pelos Estados e Municípios, através de transferências de recursos.

Pretendo, ainda, adotar, tão logo seja empossado, medidas que resultem no estímulo à indústria de construção civil, sobretudo de habitação popular, tendo em vista sua contribuição para a aplicação da mão-de-obra no apoio às pequenas e médias empresas, tradicionalmente utilizadoras de mão-de-obra, através de maior disponibilidade de créditos a elas dirigidos; no decidido apoio à agricultura, imprescindível para a garantia do abastecimento, das exportações e do emprego, sobretudo assistindo o pequeno e médio produtor de alimentos.

Indaga ainda o eminente mestre para o lapso de tempo necessário para se promover o ajustamento do equilíbrio financeiro e econômico do País. É muito difícil prever-se, com precisão, cronométrica o que se pode alcançar nesse objetivo. Podemos porém assegurar que, no que depender do Governo, todas as medidas serão tomadas com rigor para que encontremos realmente, com rigor e ao seu tempo, o equilíbrio da economia brasileira.

É verdade que a inflação brasileira não tem causas externas e essas escapam ao nosso controle... maior decisão, maior determinação".

Audálio Dantas — Audálio Dantas, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Temos a certeza, Sr. Presidente, de que as indagações que aqui trago seriam, neste momento, de todos os 25 mil jornalistas brasilei-

ros, cuja participação nas lutas pela democracia, todos nós sabemos, custou a muitos de nós inclusive a vida, como o jornalista Wladimir Herzog, em 1975. Em nome desses jornalistas trago a V. Exª duas indagações: a primeira é sobre a questão da legislação de informação do País. Toda a legislação autoritária, cerceadora da liberdade de informação, mantida nesses 20 anos, continua em vigor, inclusive o Decreto-lei que instituiu a censura prévia em 1969. Ao mesmo tempo, os jornalistas, e certamente a sociedade como um todo, indagam a V. Exª quais as medidas que estão sendo pensadas no sentido da implantação de políticas democráticas de comunicação, uma vez que essas políticas democráticas de comunicação — efetivamente democráticas — não interessam apenas aos jornalistas, mas interessam a sociedade como um todo e ao próprio regime democrático. Quais as medidas que o Governo de V. Exª pensa tomar no sentido de que sejam estabelecidas essas políticas, principalmente no que diz respeito ao acesso aos canais de rádio e televisão, hoje excessivamente mantidos nas mãos do Poder Executivo e privilegiadores de certos grupos e não da sociedade como um todo?

Tancredo Neves — O nosso companheiro Audálio Dantas, esse velho lutador também das causas liberais em nosso País me formula duas perguntas. Uma diz respeito à reformulação da lei de imprensa. Evidentemente ela está ainda inspirada num forte espírito de autoritarismo. Podemos, de imediato, realizar algumas reformas na Lei de Imprensa para democratizá-la, mas tenho para mim que só com a implantação da Assembleia Nacional Constituinte vamos realmente fixar parâmetros definitivos para que tenhamos uma Lei de Imprensa à altura da nossa tradição e mais do que isso à altura da nossa cultura. A que aí está se fosse realmente aplicada seria um vexame, um opróbrio para a cultura brasileira. A segunda pergunta diz respeito à democratização dos instrumentos de comunicação. Evidentemente, nesse setor, prevalece a maior intensidade ainda o espírito autoritário. Sabemos que as concessões de rádio e de televisão são distribuídas por esses critérios exclusivamente políticos, partidários e até personalistas. A primeira ideia que me ocorre, sem entrar no exame detalhado da matéria através da consulta feita às entidades de classe nelas interessadas mas parece ser a criação de um Conselho Nacional de Comunicações que tenha realmente participação direta não apenas na decisão da concessão de rádio e de televisão, mas, sobretudo, na fiscalização do seu funcionamento.

Audálio Dantas — Muito obrigado, Presidente.

Carlos Castello Branco - (Jornal do Brasil)

Pergunto ao Presidente Tancredo Neves se pretende manter no exercício do Governo a mesma estrutura dos serviços de assessoramento da Presidência da República, em especial do Serviço Nacional de Informações. E se em caso afirmativo se pretende manter o status de Ministro, dado atualmente aos chefes desse serviço.

Tancredo Neves — Respondo com a maior honra a pergunta que me é feita por este notável jornalista que é Castello Branco. O entendimento do Chefe da Nação com a imprensa é sempre feito nos regimes democráticos, através de padrões previamente acordados. Decorre, realmente, do entendimento entre o Governo e os jornalistas ou as entidades que os representam. Posso não obstante assegurar que o tratamento que pretendo manter com a imprensa no País não será em nenhum momento inferior àquele dado pelos presidentes das nações mais democráticas do mundo como na França, na Itália, na Inglaterra, como nos Estados Unidos.

"Reabrir os processos para punir os torturadores do regime militar seria implantar no Brasil o revanchismo. E não cuidaríamos do presente e nem do futuro"

Quanto ao processo de serviços de comunicação feito, hoje, ainda em termos muito rígidos, é, por nosso pensamento em contato realmente com os jornalistas e suas entidades de classe adotando o processo mais eficiente para que esse entendimento possa ser mantido sempre em nível de cordialidade, de bom entendimento e de competência. Com relação ao Serviço Nacional de Informações tenho que alegar o seguinte: em primeiro lugar, todas as nações do mundo possuem o seu serviço de informações. Não há nenhuma nação que possa dele prescindir. Os serviços de informações mais eficientes são os das repúblicas socialistas. Nenhuma nação que atingiu o estágio e a importância que o Brasil tem hoje no conceito internacional pode prescindir de um serviço de informações. O mal não está no serviço de informações desde que ele é exercido, executado e praticado democraticamente. E que no Brasil ele assumiu um caráter policial ou um caráter realmente profundamente vexatório e violentador das nossas tradições democráticas. O que nós pretendemos é colocar o Serviço Nacional de Informações dentro das suas estritas finalidades técnicas como órgão de assessoria e realmente de informações do Governo.

Charles Vanhecke (Le Monde) — O Senhor foi eleito por uma coalizão que reúne forças contraditórias que vão desde a direita liberal até a esquerda e ao mesmo tempo quer fazer reformas sociais profundas. Então, a minha pergunta é a seguinte: quais são os interesses que o Senhor está disposto a atingir com essas reformas e, nesse caso, não corre o risco de romper a coalizão que o levou ao poder?

Tancredo Neves — Eu acho que essa sua preocupação é realmente legítima, mas não tem procedência. Evidentemente, fomos eleitos por uma sustentação de formas as mais díspares do ponto de vista da conotação ideológica ou da orientação do seu pensamento político. Disse-me outro dia um motorista em cujo táxi eu entrava e ele me perguntava: — "O Sr. é o Dr. Tancredo Neves? Eu respondi que sim e ele disse: — "O Sr. é danado: reuniu do índio até o Cardeal (Risos). Realmente eu tenho nessa minha heterogeneidade de forças que me apóiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas, antes, um aspecto positivo. É que realmente na sustentação desses diversos setores de pensamento político que me apóiam eu encontro realmente autoridade política e, sobretudo, autoridade para comandar o processo de mudança da transformação por que a Nação reclama. Nós não estamos nessa campanha para executar um programa de iniciativa ou da responsabilidade do Presidente da República. Nós temos um compromisso com a Nação; e esse compromisso está estereotipado num documento em que criamos a Aliança Democrática e no mesmo instante em que eu era lançado candidato dessas forças políticas a execução desse programa é que me cabe levar a efeito. E esse programa, feito com muito discernimento, com muito equilíbrio e com muita visão política na realidade ele consagra todas aquelas reformas e todas aquelas mudanças que a Nação está a reclamar. Vamos realmente levar a efeito as mudanças nas reformas institucionais, vamos levar a efeito mudanças políticas e sociais reclamadas por este País.

Abrangendo inclusive a reforma monetária, a reforma universitária, a reforma educacional, a reforma agrária e

todas as outras dentro desse programa fixado por essas correntes políticas que nos apóiam.

Sérgio Gregory (TV Manchete) — Presidente, quais serão as bases para a renegociação da nossa dívida externa?

Tancredo Neves — A dívida externa está sendo negociada neste momento pelo atual Governo. Trata-se de problema da competência e da responsabilidade do atual Governo. Espero que essas renegociações estejam concluídas até o dia em que eu tomar posse. Antes não me cabe senão buscar informações a respeito e acompanhar essas negociações. Não estou recebendo, sobre o assunto, nenhuma informação oficial do Governo. Uma vez concluídas essas negociações, não me resta outra iniciativa, de acordo com a tradição secular do Governo brasileiro, senão acatar os nossos entendimentos internacionais. E aqueles compromissos assumidos que o Governo a ser empossado não estiver em condições de cumprir terão de ser objeto de renegociações dentro dos processos vigentes entre as nações civilizadas.

Leda Beatriz (Estado de Minas) — Dr. Tancredo Neves. V. Exª cogita a criação de um Ministério da Defesa que reuniria os Ministérios Militares?

Tancredo Neves — A criação de um Ministério da Defesa é uma velha aspiração do Brasil. Já lutava por ela o saudoso ex-Presidente Castello Branco e tem sido uma tese de palpitante interesse sempre debatida. A criação do Estado Maior das Forças Armadas, em plena atividade, criou, por assim dizer, um embrião, um germe, um estágio de preparação para que possamos alcançar esses objetivos.

Mas não creio que haja entre as nossas Forças Armadas uma preparação técnica e política adequadas para que possamos, de imediato, criar o Ministério da Defesa.

Francisco Figueroa (Agência de Notícias da Espanha) — O seu partido propôs o engajamento da No a República na luta pela democracia no Cone Sul. Eu queria perguntar ao senhor: o que vai fazer concretamente para a defesa das liberdades ou dos povos que lutam pela liberdade na América do Sul?

Tancredo Neves — O progresso da democracia, a luta pela democracia do Cone Sul está hoje, mercê de Deus, muito avançada. A República da Argentina é hoje uma nação na plenitude de um regime democrático. O Uruguai, dentro em breve, vai empossar um presidente eleito em toda a sua força para exercer um governo plenamente democrático. Onde temos problemas é no Chile. A posição do Governo brasileiro e de toda a consciência nacional é de apoio integral às forças democráticas que lutam nesse País pela instauração das instituições livres. (Palmas.)

José Silva Pinto (O Jornal, Lisboa) — Costuma-se dizer que para onde vai o Brasil, vai o resto da América Latina.

Pensa V. Exª que a democracia no Brasil poderá influenciar outros países da região?

"Não existe nenhuma nação no mundo mais séria no respeito aos seus compromissos financeiros que o Brasil. Ao contrário, temos sido vítimas de lesões à nossa economia praticadas por outras nações"

Tancredo Neves — Evidentemente que sim. O entrosamento, a articulação, a perfeita interdependência das di-

versas nações da América do Sul umas influenciam as outras. O Brasil, pela sua extensão territorial e pela condição de confrontar com quase todas as nações americanas, senão todas, tudo que se passa evidentemente dentro do nosso território tem as suas influências nos territórios das nações amigas e vizinhas.

Haroldo Hollanda (Editor de Política do Jornal de Brasília) — Sr. Presidente, volto ao tema do desenvolvimento econômico simultâneo com o combate à inflação. Na França o Governo Mitterrand, no seu início, na Argentina o Governo Alfonsín, também no início da sua administração, tentaram promover o desenvolvimento econômico e combater a inflação. As tentativas feitas neste sentido em ambos os países se frustraram. Pergunto: em que exemplos econômicos o senhor se inspiraria para realizar essa empreitada?

Tancredo Neves — Cada inflação tem a sua peculiaridade. A inflação na Argentina não é a inflação no Brasil. E Argentina é uma nação auto suficiente em petróleo e auto suficiente em grãos, mas não possui parque industrial da complexidade e da imensidade que possui o Brasil.

Evidentemente que não quero entrar no exame e nem na crítica dos processos adotados na Argentina para o combate à inflação, mas posso dizer que hoje, no exame e no estudo da inflação brasileira não há mais segredo para ninguém. Todos sabemos como contê-la, porque eliminá-la é impossível, debelá-la seria um sonho, mas sabemos como neutralizar os seus efeitos maléficos. Ainda há pouco, respondendo ao Professor Barbosa Lima, deixei bem explícito, de maneira bem clara, como promover a transição de uma inflação para um regime de desenvolvimento econômico e, mais do que isso, as medidas que podem e devem ser adotadas, e serão adotadas, para que a retomada do desenvolvimento econômico se faça sem abalos, sem choques e sem exacerbação do processo inflacionário.

Agnelo Alves (Tribuna do Norte de Natal, Rádio Cabogi de Natal e Rádio Difusora de Mossoró) — Sr. Presidente, V. Exª enfatizou, na primeira resposta, que a retomada do desenvolvimento é a meta principal. Pergunto a V. Exª: e o Nordeste? Como ele se vai inserir nessa retomada de desenvolvimento para a Nova República brasileira?

Tancredo Neves — O processo do Nordeste — tenho dito e de maneira a mais enfática possível — será a primeira, a maior, a mais importante e a mais absoluta de todas as prioridades do meu Governo. (Palmas) O Nordeste é um caso especial. Nós nos temos entregue ao estudo desta região brasileira com o maior empenho e o maior interesse. Ainda quando Governador de Minas, elaboramos um projeto de exame da conjuntura nordestina e este projeto foi levado à consideração do Conselho da SUDENE. Esteve e está em debate nas Universidades do Nordeste e nas entidades de classe e lá no mostrando que evidentemente o problema do Nordeste, pela sua complexidade, exige realmente medidas de uma abrangência total. O maior problema do Nordeste não a seca, não é a carência d'água, o maior problema do Nordeste é a assistência, a proteção e a colocação do homem em padrões compatíveis com sua dignidade. (Palmas)

Temos que valorizar o homem nordestino e por isso temos que adotar além das políticas clássicas de combate às secas, de todos conhecidas, um vasto programa educacional e de recuperação social e humana daqueles nossos irmãos. Muito obrigado.

Antônio Brito (Rede Globo de Televisão) — Sr. Presidente, V. Exª tem dito que seu Ministério será formado em base, em critérios políticos, visando a composição entre diversas forças que o levaram à Presidência da República e com base nos compromissos da Aliança Democrática.

Pergunto, tendo em vista o caráter específico e as dificuldades da situação econômica: estes mesmos critérios políticos serão utilizados na composição da área econômica do Ministério, ou aí se deveria buscar ou se buscará com mais empenho, maior unidade ideológica, programática e até operacional entre os componentes da área econômica do Ministério?

Tancredo Neves — Evidentemente que a heterogeneidade das forças que me apóiam não se pode refletir na execução de uma política administrativa. Temos compromisso com um programa, mas este só pode ser executado se organizarmos um Ministério coerente, uniforme, competente e dinâmico. Sinto-me muito feliz a essa altura, e digo isso em homenagem às forças políticas que me apóiam. Nenhuma delas, em nenhum momento, me fez qualquer exigência com relação a nomes ou a grupos para a composição do Ministério. Por conseguinte, não tenho nenhum compromisso, nem com o meu partido, nem com os outros partidos que me apóiam, visando a colocar essa ou aquela pessoa nesse ou naquele ministério. Evidentemente que essa liberdade de ação poderia até permitir-me nomear um Ministério de notáveis, de capacidades, mas, se esse Ministério não tiver laços políticos, em que pese toda a notabilidade dos seus integrantes, será sempre um mandarinato, não será nunca um Ministério. Para ser eficiente, um Ministério tem que ter, ao lado do critério da competência e da probidade, a sustentação política. Por conseguinte, o Ministério não pode ficar divorciado, de maneira alguma, daquelas forças que, se expressam partidariamente no Congresso Nacional, porque é com elas que governarei. Não será um governo exclusivamente do Executivo, mas um governo democrático, com a integração do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Dessa maneira, organizaremos um Ministério de base política sem a qual não poderia administrar, mas recrutando os melhores, os mais capazes e os mais eficientes, para que possamos alcançar as metas dos nossos compromissos com a Nação. (Palmas.)

META ECONÔMICA É O SANEAMENTO NACIONAL

Antônio Brito — Muito obrigado.

Sônia Carneiro (Rádio Jornal do Brasil) — Sr. Tancredo, depois de 21 anos a eleição de um civil representa a restauração parcial ou integral da democracia no Brasil? O que é que ainda falta e qual a avaliação que o senhor faz hoje da Revolução de 64?

Tancredo Neves — A avaliação da Revolução de 64 demandaria uma exposição longa e que não poderia ser feita num debate que exige realmente o aproveitamento de tempo para que todos possam fazer as suas indagações e darem as suas respostas. Mas poderíamos resumir a Revolução de 64 no seu aspecto político e no seu aspecto material. No aspecto político foi o retrocesso, no aspecto político foi realmente a usurpação dos direitos, das liberdades democráticas. No aspecto político foi realmente um retrocesso de conquistas democráticas que nós tínhamos até conquistas definitivas. Mas no aspecto material não seria injustiça se nós negássemos que ela trouxe realmente um grande avanço em alguns setores como das Telecomunicações, setores da energia elétrica, setores de vias de comunicações. Foi realmente uma contribuição que nos colocou de uma posição de vigésima oitava Nação do mundo, em termos de Produto Interno Bruto, para que nós pudéssemos alcançar hoje a sétima posição entre as nações do mundo em Produto Interno Bruto. E o velho tema é a velha discussão política, que se o mais importante é a restrição da liberdade e eficiência administrativa ou mais liberdade com restrição e eficiência administrativa. Evidentemente, como todos nós sabemos, como democratas que somos, que não compensaram as vantagens de ordem material

com as terríveis restrições impostas à Nação, nos últimos vinte anos. (Palmas.)

Maurílio Grilo (Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte) — Presidente, nos últimos cinco anos o País foi abalado por sucessivos escândalos financeiros. O governo revolucionário não conseguiu impedi-los. Este será um dos maiores desafios do seu governo. Como combatê-los?

Tancredo Neves — O nosso compromisso é realizar um governo austero, digno e de irreprochável moralidade administrativa. No nosso governo, qualquer deslize que se pratique com o dinheiro do povo será punido severamente, de acordo com as nossas leis. (Palmas.)

Carlos Chagas (O Estado de S. Paulo) — Presidente Tancredo Neves, insisto na pergunta anterior. A anistia, admite-se, apagou tudo, dos execráveis atos de terrorismo aos mais execráveis atos de repressão ao terrorismo. No entanto, terá a anistia apagado realmente os atos de corrupção — Coroa-Brastel, Delfin (empresa) — todos esses atos praticados pelos governos anteriores ou à sombra deles? Como V. Ex^a os trataria? Consideraria tais atos aos extintos, apagados pela anistia, ou colocaria o seu governo a serviço da apuração dessas práticas malsãs?

Tancredo Neves — A anistia não pode abranger esses casos, porque ela foi realmente decretada, sancionada pelo Congresso e pelo Executivo antes que eles eclodissem.

São casos posteriores que não podem, por conseguinte, ser beneficiados pela anistia. Quero lembrar ao meu caro amigo, Carlos Chagas, que esses casos têm sido objeto de Comissões Parlamentares de Inquérito, que as têm esmiuçado em todos os seus aspectos, em todos os seus detalhes, em todas as suas origens e conseqüências. Todos eles já estão, neste momento, entregues à Justiça. Já estão no Poder Judiciário. O que temos é que confiar realmente na ação do Congresso que está exercendo uma atividade patriótica na apuração desses casos e confiar na ação da Justiça brasileira que merece todo o nosso respeito e toda a nossa confiança.

Etevaldo Dias (Revista Veja) — Sr. Presidente, durante a sua campanha, por alguns momentos, temeu-se a ação de golpes militares. Hoje, teme-se que os grupos de extrema direita possam perturbar o seu governo. A minha pergunta é a seguinte: se o senhor tem esse temor e quais as medidas que seu governo pode tomar para evitar um novo Riocentro.

Tancredo Neves — Confio muito nas forças democráticas do País. Acho que essas forças de direita ou de esquerda, levadas ao extremo, que pretendam a subversão do regime, encontrarão na própria sociedade a resistência aos seus propósitos, aos seus intentos.

Walter Marques (Gazeta Mercantil) — Sr. Presidente, as condições do pacto social que o senhor propôs na Confederação Nacional do Trabalhador na Indústria ainda não foram definidas. A hipótese de uma trégua nos embates sociais durante seis a nove meses para abrir o espaço político necessário ao início de seu programa de governo, esbarra na multiplicidade de interlocutores sociais. O senhor pretende promover o pacto convocando entidades de classe ou o Parlamento detém representatividade suficiente para conduzi-lo? Eu acrescento, ainda, se o Sr. me permite, um adendo: em que termos o seu governo pretende restabelecer a reciprocidade entre as partes, o governo, as empresas e os trabalhadores, o governo, as empresas estatais e seus empregados, o governo e os funcionários públicos da administração direta e indireta?

Tancredo Neves — Bem, o problema do pacto social não é sequer uma inventiva, o pacto social realmente é vital à vida das democracias. A nossa eleição o que é senão um pacto político de grandes proporções? Nós tivemos realmente que organizar esse pacto, e foi com o apoio dele que conseguimos a maioria no Colégio Elei-

toral, que permitiu a nossa eleição. O pacto político vai prosseguir, o que será a Constituinte senão um grande pacto nacional, que vai realmente determinar de maneira definitiva as nossas estruturas políticas, sociais e econômicas? O que nós estamos pensando é sugerir não só com a participação do governo, mas com as classes empresariais e trabalhadores, um entendimento mínimo no campo social para que possamos enfrentar a inflação com muitas possibilidades de êxito. Não chega a ser uma inventiva brasileira, ela foi posta em prática com grande sucesso na Espanha, de Felipe Gonzalez, e nos dias de hoje o presidente Alfonsín está colocando em debate no seu país o seu esforço, a sua tentativa para que o pacto social argentino, visando melhorar as condições econômicas do povo argentino, possa alcançar o seu resultado favorável e colimar os seus objetivos. É com essa ideia que nós divisamos estudar todos os pontos de atrito entre governo e empresários, entre governo e trabalhadores, entre empresários e trabalhadores, não exigindo mais nenhum sacrifício dos trabalhadores (Palmas) e isso tem que ficar permanentemente explícito, porque os trabalhadores já não têm mais nada o que dar, eles vêm cortando na sua própria carne, porque sobre os seus ombros é que tem sido lançada a responsabilidade da manutenção da ordem política e social no Brasil nesses últimos vinte anos. Mas é preciso um denominador comum que possa realmente possibilitar ao governo realizar medidas que facilitem e que alcancem o objetivo de debelar a inflação, se não debelar, que é impossível, mas amenizá-la e contê-la nos seus efeitos e se alcançarmos esses objetivos a classe mais beneficiada será a classe dos trabalhadores. (Palmas.)

Ariosto Teixeira (O Globo) — Sr. Presidente, a Nação tem assistido nos últimos tempos ao espetáculo antifederativo e até mesmo vexatório dos governadores vindo à sede do poder central mendigar recursos, pedir dinheiro, suplicar dinheiro para poder levar a cabo as suas administrações. Que urgência o Sr. atribui a uma reforma constitucional que devolva aos Estados e também aos Municípios a sua autonomia administrativa e até mesmo política, em alguns casos?

Tancredo Neves — Evidentemente o problema financeiro de Estados e Municípios é dos mais graves e posso dizê-lo com autoridade porque fui governador durante quase dois anos do meu Estado. Isso decorre realmente das deformações que o centralismo imposto ao Brasil nos últimos anos gerou para as nossas entidades regionais. Estados e Municípios foram absorvidos nas suas receitas mais importantes, e isso gerou para eles uma situação das mais precárias na manutenção de suas responsabilidades dos seus serviços públicos peculiares. Só há uma solução para esse problema: é a reforma tributária que vise realmente promover uma distribuição mais justa dos recursos nacionais. (Palmas) Não uma reforma tributária com objetivos meramente fiscais, mas uma reforma tributária que venha também acompanhada de objetivos sociais, porque através dela podemos dar uma contribuição importante à divisão da renda nacional, para torná-la mais justa e mais humana.

Miriam Leitão (Abril Vídeo) — Sr. Presidente, recentemente, fiz uma entrevista com V. Ex^a e perguntei se achava que era revanchismo ou justiça pedir a punição de quem matou vários brasileiros e torturou muitos outros, como, por exemplo, o Deputado Rubens Paiva e o jornalista Wladimir Herzog. V. Ex^a me disse que a anistia havia apagado tudo, que era melhor construir o futuro do que pensar no passado. Mas continuo com a mesma dúvida. Quero saber, Dr. Tancredo, se não fere o seu espírito de justiça o fato de que criminosos fiquem sem punição?

Tancredo Neves — Evidentemente, minha filha, os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime do Con-

gresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e é recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse problema seria implantar no Brasil o revanchismo e nós não cuidaríamos do presente e nem de futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos realmente a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso.

**"O êxito da política
antinflacionária exige
que o Governo seja exemplar
em austeridade e eficiência
administrativa para que
o povo tenha confiança
indispensável nas medidas
a serem adotadas"**

Henrique Gonzaga Jr. (Folha de S. Paulo) — Sr. Presidente, como se sabe, o sistema financeiro tem sido o grande privilegiado pela política econômica nos últimos governos. V. Ex.^a entende que é chegada a hora de os banqueiros arcarem com uma maior parcela de sacrifícios no enfrentamento dos problemas econômicos ou acredita que eles já deram a sua contribuição?

Tancredo Neves — Bem, a contribuição dos banqueiros ao desenvolvimento econômico nacional tem sido das mais relevantes e não é preciso que se ponha isso em destaque. Temos hoje no Brasil perto de 85% do crédito estatizado. O Estado é responsável pela distribuição de 85% do crédito. Até os radicais da nacionalização dos bancos foi posta em prática na França pelo presidente François Mitterrand não tem se revelado, realmente, auspiciosa e nem profícua para aquela Nação que está atravessando, neste momento, alguns problemas econômicos graves e dizem os economistas que foi essa desestatização bancária precipitada que gerou realmente grande parte dos problemas que o francês está enfrentando, no momento.

Na Espanha, Felipe Gonzalez com, talvez, mais argúcia e mais clarividência, quando indagado por que ele não nacionalizava os bancos ele respondeu:

Aqui na Espanha temos perto de 75% do crédito estatizado. Do que resta não preciso nacionalizar, porque tenho um Banco Central da maior eficiência, da maior capacidade e da maior força de controle. Não acredito que haja no mundo um Banco Central com mais poderes do que o do Brasil, porque o Banco Central no Brasil é muito mais do que uma organização financeira, é quase um estado ao lado do Estado ou um estado dentro do Estado, porque ele legisla, julga e executa sem que haja qualquer possibilidade de revisão das suas decisões. Acho que o problema da atividade bancária no Brasil que tem sido realmente favorecida pela conjuntura financeira de duas naturezas. Primeiro exigir muito rigor do Banco Central na fiscalização das atividades bancárias. Segundo exacerbar o imposto de renda para que possamos, através dele, forçar as instituições financeiras de um modo geral a dar uma maior contribuição à justiça social em nosso País.

François Castéran (Agência France Press) — Sr. Presidente, com relação à dívida externa) o PMDB chegou a falar de moratória em caso de pressões intoleráveis dos credores ou de ameaça à soberania do Brasil. Eu gostaria de saber do Senhor se concorda com esta posição?

Tancredo Neves — Tenho manifestado de maneira inequívoca que sou contrário à moratória unilateral. A moratória não resolverá nenhum dos problemas financeiros do Brasil. A moratória significará uma suspensão brusca dos nossos pagamentos com os nossos credores, o que significaria um abalo total na nossa economia. As nossas reservas não são suficientes para que possamos bancar um jogo desta violência. Temos que assegurar a

importação de nossas matérias primas, temos que assegurar a nossa reimportação de petróleo. Temos que assegurar nossa importação de petróleo, hoje, felizmente, com a crise menos aguda do que há dois anos. Temos que assegurar um mínimo de estabilidade econômica para que o País possa alcançar seu desenvolvimento. Se suspendermos nossos pagamentos aos nossos credores estaremos criando condições econômicas das mais graves, porque a medida em que não pudermos fazer face aos nossos pagamentos, ficaremos sujeitos inclusive a medidas vexatórias, ao seqüestro, à penhora dos nossos bens existentes no exterior ou situados no exterior. Não me animo a participar da tese da moratória unilateral e nem vejo necessidade dela. O que precisamos é pagar o que devemos. É um compromisso de honra da Nação. Dizer que o Brasil não é uma Nação séria é uma infâmia, uma balela, uma agressão, porque não existe nenhuma nação do mundo mais séria no resgate dos seus compromissos financeiros do que o Brasil. Pelo contrário, temos sido vítimas algumas vezes de lesões em nossa economia, lesões praticadas por outras nações capitalistas. (Palmas) Devemos promover sempre a negociação. É na base do entendimento que poderemos realmente vencer nossas dificuldades; jamais com medidas drásticas, contundentes, se temos tudo para promover essa negociação. O que não podemos é na negociação com os nossos credores aceitar cláusulas punitivas, o que é pior, cláusulas que violentem a soberania nacional. (Palmas) Devemos aos nossos credores dinheiro e dinheiro se paga com dinheiro. Não se paga dinheiro com fome, miséria e o desemprego dos cidadãos brasileiros. (Palmas.)

Luís Gutemberg (Semanário José, Jornal da Semana Inteira de Brasília) — No compromisso com a Nação o senhor estabeleceu o seu compromisso de restaurar a autonomia sindical, a liberdade de organização sindical e o direito de greve. Perguntaríamos se esse compromisso se estende também ao fim dos sindicatos autorizados cartorialmente pelo Ministério do Trabalho e por ele controlado com o uso do imposto sindical, principalmente permitindo que essa situação estabeleça o controle do sindicato nas mãos de pelegos e minorias radicais acidentais. Pergunto se a exemplo de outras democracias ocidentais o Brasil vai liberar a organização sindical ampla?

Tancredo Neves — Sem dúvida que este é o nosso propósito, o nosso compromisso: assegurarmos a autonomia sindical ampla e isso quer dizer pôr termo às intervenções, às demissões sumárias dos seus dirigentes, o afastamento pela força dos mesmos de suas funções e, sobretudo, a supressão pela violência das cartas sindicais. Gostaríamos de ver, realmente, o sindicato no Brasil entrar numa nova fase, que seria a fase de plena autonomia que vem desde a sua organização pré-fixada em lei até realmente o pleno exercício das suas finalidades específicas. Com relação ao imposto sindical, não acredito que os sindicatos estejam realmente animados a abrir mão dessa fonte de receita. Temos é que estudar, talvez, uma maneira mais democrática para que o sindicato receba, com o nome de imposto sindical ou qualquer outro nome, esse fortalecimento dos seus recursos financeiros, dependendo sempre e cada vez mais da ação estatal, ou seja, do Ministério do Trabalho.

Hélio Fernandes (Tribuna da Imprensa) — Presidente Tancredo Neves, algumas das expressões e das palavras mais pronunciadas hoje no Brasil são as seguintes: dívida externa, exportar é a solução, explosão da base monetária e inflação. A dívida externa é causa e realimentação da inflação. A explosão da base monetária é causa e consequência da inflação. A exportação desvalorada, criminosa e incentivada, como se faz hoje no Brasil, prejudica o mercado consumidor interno e sobrecarrega a inflação. Anteontem, logo depois que o senhor foi ungido, sagrado e sacramentado como o novo Presidente do

Brasil, o Sr. declarou que iria combater a inflação e não sacrificaria o desenvolvimento do Brasil. Eu pergunto então ao Sr. com a maior tranquilidade e satisfação: o senhor acha que juntando apenas do índio ao cardeal, o senhor vai conseguir apoio para unir e reunir palavras e expressões tão conflitantes, tão chocantes, tão hostis entre si?

Tancredo Neves — Todas essas palavras a que o meu caro amigo se referiu resume — se numa só que é a inflação. Em verdade, e a inflação que gera o endividamento, o déficit público, o desemprego, obriga as exportações tão onerosas a vida da economia brasileira, como estamos presenciando no momento. De maneira que, o que é preciso é imprimir uma maior austeridade na vida pública brasileira para que possamos atingir a inflação no seu fulcro, e atingida a inflação no seu fulcro passarmos para o saneamento financeiro nacional. Providência, aliás, que tem que ser tomada simultaneamente. A nossa política tem que ser, pôr termo às obras chamadas faraônicas. Felizmente todas as grandes obras faraônicas em curso que estavam demandando grandes sacrifícios financeiros do País ou já estão terminando ou prestes a terminar. Sacrificamos muito o homem brasileiro para realizarmos grandes obras. Basta agora de erigir esses monumentos em ferro e cimento e voltar novamente, patrioticamente a cuidar do homem, no estômago, quer dizer, na sua alimentação, no seu vestuário, na sua educação, na sua saúde, na sua casa própria, o seu saneamento porque é esse o objetivo do nosso Governo, sem a preocupação de realizar obras monumentais, mas realizar uma obra que faça o homem brasileiro acreditar na sua Nação, a confiar nela e a confiar no seu Governo.

Roberto Fernandes (Jornal do Brasil) — Presidente, o senhor pretende convocar eleições diretas para as capitais ainda em 1985?

Tancredo Neves — Meu pensamento é este, mas evidentemente que não é decisão que dependa do Presidente da República. Acha-se no Congresso, já em fase de votação, diversas emendas constitucionais visando às eleições diretas nas capitais. Essa decisão, por conseguinte, evidentemente não no ponto em que se encontra o problema entre nós, vai depender menos do Presidente da República do que muito mais do Congresso Nacional. E a decisão do Congresso qualquer que ela seja terá o meu acatamento.

Miro Teixeira (Rede Bandeirante de Televisão) — Presidente no seu discurso o senhor fez menção aos trabalhadores, que foram muito importantes no começo de sua vida pública e que ao longo de sua vida pública também o senhor procurou sempre corresponder a essa confiança. Ocorre que os trabalhadores vêm tendo os seus salários achatados, confiscados e têm sido vítimas até de fraudes como houve a fraude anunciada em 1972 em que os índices para os reajustes salariais foram adulterados. Existe alguma esperança, presidente, desses índices serem corrigidos e dos salários dos trabalhadores voltarem a ter realmente o poder de compra que deveriam ter hoje corrigindo a inflação?

"O Nordeste é um caso especial no País e será a primeira, a maior, a mais importante e a mais absoluta prioridade do Governo. A falta de água não é o problema maior da região"

Tancredo Neves — O problema salarial todos sabem é dos mais graves e dos mais complexos do nosso País. Nós sabemos muito bem pelos estudos dos economistas

e técnicos e experts e por essa grande organização brasileira que é o DIEESE, e que é realmente um instrumento dos mais eficientes no esclarecimento de pontos ambíguos e obscuros na economia nacional, que o limite do salário é a inflação.

Na medida em que o salário acompanha o índice inflacionário e não o ultrapassa ele não inflaciona: mas, todas as vezes que o salário ultrapassa o índice inflacionário ele inflaciona. Quer dizer que nós estamos num jogo perigoso porque dando salários nominais aos trabalhadores nem sempre estamos dando salário efetivo, real. O problema por conseguinte, do salário brasileiro, é fazer com que a inflação se elimine e nós possamos combater o custo de vida para que ele seja realmente compatibilizado com o salário do trabalhador. Todas as vezes que pudermos reajustar o salário do trabalhador até aquele limite em que ele não ultrapasse a faixa vermelha da inflação, nós o faremos e o faremos com o coração em festa. Mas, não vamos iludir o trabalhador dando a ele falsos salários, salários meramente nominais, que vão sempre tendo, como o crescimento da inflação, cada vez menos poder aquisitivo. O problema salarial do Brasil está, por conseguinte, em consequência do saneamento da economia nacional e os trabalhadores são, por conseguinte, os maiores interessados em que se promova esse saneamento financeiro do País porque ninguém consegue realizar o milagre de um salário elevado sem promover uma inflação muito elevada. O exemplo mais recente é na Argentina, em que uma política salarial adotada para atender às reivindicações dos seus sindicatos fez com que uma inflação de 300% chegasse a uma de 750%. A Argentina tem 15 milhões de habitantes. O Brasil tem 130 milhões de habitantes. Uma inflação desse nível talvez a Argentina possa suportar mas o Brasil não tem condições de suportá-la.

Manoel Vilela de Magalhães (O Estado de S. Paulo) — Sr. Presidente, ao responder a primeira pergunta V. Ex^a fez referência a programas para gerar empregos. No entanto, quase sempre esses programas dão oportunidade de emprego a mão-de-obra pouco qualificada. Como seu Governo encara a falta de oportunidades no mercado de trabalho aos milhares de jovens que se formam anualmente em nossas universidades?

Tancredo Neves — Só há uma saída, meu caro Vilela: promover o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico não absorve apenas a mão-de-obra não qualificada, mas absorve a mão-de-obra técnica, profissional de alto nível. O que não podemos é continuar na situação em que estamos: fazendo da recessão um instrumento e combate à inflação, em que através dela apenas ampliamos a área do sofrimento, da miséria, do desemprego, sobretudo desses empregos profissionais altamente qualificados que estão hoje condenados à marginalização social.

Mário Nelson (Rádio Jovem Pan) — Sr. Presidente, V. Ex^a tem respondido a diversas perguntas da maior importância sobre problemas políticos, sociais e econômicos. Certamente os colegas que me seguirem voltarão a esses temas. Mas eu queria abrir um breve espaço para tocar num assunto que interessa diretamente a milhares de brasileiros e movimentou bilhões de cruzeiros todos os anos: o esporte. Estamos às vésperas de uma Copa do Mundo, estamos saindo de uma Olimpíada, da qual só metade do mundo participou, cujos resultados continuaram sendo altamente insatisfatórios. É um assunto que diz respeito a todos nós. O senhor também já sofreu já tentou vibrar nas competições nos últimos anos, onde temos colhido resultados insatisfatórios. Qual a sua diretriz: o que é que o senhor pretende fazer para que consigamos sair desse estado muito ruim e abrir uma perspectiva mais favorável?

Tancredo Neves — Tem sido esse o tema realmente das respostas que tenho dado até agora. O Brasil hoje é uma Nação estacionada, uma Nação paralisada, uma Nação contida no seu desenvolvimento econômico em razão apenas de um problema que se chama inflação. Ou temos capacidade para dominar, para resolver os problemas da inflação, ou vamos todos continuar agravando a situação atual em que nos encontramos.

Álvaro Pereira (Rede Globo de Televisão) — Alguns partidos políticos, como o PT, PDT, vão assumindo claramente uma posição de oposição ao futuro Governo. Eles questionaram a legitimidade do Colégio Eleitoral e defendem eleições diretas o mais breve possível. Gostaria de saber se o senhor está preocupado com essas pressões. Se o Senhor acha que essas pressões poderão prejudicar de alguma forma a realização do seu programa de Governo.

Tancredo Neves — De forma nenhuma. Acho que a oposição é normal na vida democrática. Eu não gostaria de um Governo unânime. Isso seria ruim para o Governo e seria ruim para a Nação. Desejamos a oposição e desejamos que ela se apresente com todas as características de oposição democrática, quer dizer, uma oposição esclarecida, uma oposição severa, mas uma oposição altamente responsável.

Luís Artur Torfio (Jornal de Brasília) — Como o senhor pretende dar solução de continuidade a alguns dos programas de desenvolvimento da Revolução de 64, o Programa Nacional do Alcool, o Programa Nuclear Brasil/Alemanha, o programa hidrelétrico, o Projeto Grande Carajás e o programa de auto-suficiência em petróleo da Petrobrás?

Tancredo Neves — Vamos por partes: o programa do álcool foi um sucesso. Hoje ninguém põe em dúvida que realmente nós encontramos no Proálcool um grande instrumento do nosso desenvolvimento econômico. Talvez hoje na execução do programa Proálcool devamos racionalizá-lo no sentido de impedir que áreas que realmente são vocacionadas para a produção de alimentos estejam sendo aproveitadas para a produção de cana (Palmas.) isso com o sacrifício da política alimentar brasileira. A meu ver é a falha do Proálcool porque o excesso de produção não me preocupa, porque para o álcool haverá sempre mercados externos prontos para absorvê-lo.

Com relação ao acordo nuclear com a Alemanha nós temos dito e repetimos que é nosso pensamento mantê-lo, mas ele está recuando uma revisão, uma revisão severa que não apenas o coloque tecnicamente dentro das melhores condições de evolução da tecnologia no campo nuclear, mas, sobretudo, em condições compatíveis com a nossa situação financeira que nos possibilite capacidade de poder promover a ampliação e o aprimoramento da técnica nesse setor, sem sacrifício da economia nacional. Em suma, nós não podemos nos marginalizar das conquistas científicas, na conquista do átomo. Temos que acompanhar todas as etapas do processo nuclear porque é hoje uma nova demissão do mundo, e o Brasil não pode ficar distante dessas conquistas tecnológicas. Mas, em relação ao acordo específico com a Alemanha, acho que a solução mais racional será mantê-lo, fazendo aquelas revisões que a nossa comunidade científica e técnica está recomendando aos governos. Com relação ao programa energético, demos um grande avanço nesses últimos anos. O Brasil realizou a maior usina hidrelétrica do mundo, que é Itaipu, e a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, que é a que se acaba de realizar agora no Norte do País. Muitas outras usinas estão em execução. Se não me trai a memória, são vinte e oito. O Governo não pode ter outro programa senão promover meios para que essas usinas em construção sejam ultimadas e que não se realize nenhuma outra obra

nova enquanto essas usinas não estiverem realmente terminadas a sua construção e já em fase de produção.

Tarso de Castro (Folha de S. Paulo) — Presidente há uma tentativa permanente de intervenção americana na América Central. Dentro da sua política externa, qual será a posição do Brasil, se efetivada uma intervenção?

Tancredo Neves — Manter a mesma política que o Itamarati tenha seguido até agora. Somos pela autodeterminação, somos pela não intervenção e enviaremos todos os meios ao nosso alcance, dentro das nossas possibilidades, para que seja assegurada plenamente a soberania das nações da América Central. (Palmas.)

Murilo Melo Filho (Manchete e TV Manchete) — Dr. Tancredo. V. Ex^a foi eleito dentro de um clima de grandes esperanças e expectativas populares, que estão aí aguardando o verdadeiro milagre. Pergunto a V. Ex^a então quais as medidas de impacto e de emergência que V. Ex^a pretende adotar, logo após sua posse, a fim de evitar uma decepção popular?

Tancredo Neves — Não temos a preocupação de realizar medidas de impacto apenas para efeitos demagógicos porque isto seria realmente agradar o povo em um primeiro momento e depois gerar para o futuro uma decepção ainda maior. Mas realmente estamos muito preocupados com os problemas sociais do Brasil e medidas já estão sendo postas em prática para assegurar ao povo mais alimentação, assegurar ao povo melhores condições de moradia, implantando uma nova política no BNH e sobretudo, assegurar ao povo absoluta segurança, com uma Previdência Social mais adequada às suas necessidades.

Emílio Braga (Correio Braziliense) — Sr. Presidente, considerando que o Poder Legislativo é um poder autônomo, mas considerando também que o Poder Executivo, é constituído de vontade política e que tem enorme capacidade de mobilização político-parlamentar, queria perguntar a V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a tem anunciado à Nação o desejo de encaminhar ao Congresso algumas reformas preparatórias à Constituinte, como a reforma partidária, a reforma eleitoral, a Lei de Segurança Nacional, acredito que também a reforma tributária e uma reforma na área da legislação trabalhista. Gostaria de saber de V. Ex^a quando estas reformas serão encaminhadas ao Congresso, se elas serão votadas em bloco ou não, a quem caberá a iniciativa das reformas e sendo elas preparatórias da Constituinte, gostaria de saber se não alcançada a maioria de dois terços para aprovar algumas delas, a Constituinte não estaria inviabilizada.

“Medidas de impacto demagógicas serviriam apenas para agradar o povo em um primeiro momento e depois gerar, para o futuro, um nível de decepção ainda maior”

Armando Roliemberg (Revista Isto É) — Dr. Tancredo, há uma grande expectativa em torno da liberalização da legislação que regula a formação e o funcionamento dos partidos. Embora seja este um problema a ser decidido no âmbito do Legislativo, qual a opinião de V. Ex^a sobre o assunto? A reforma partidária deve preceder a Constituinte? Os partidos ditos clandestinos devem ser legalizados a tempo de disputarem o pleito de 86?

Tancredo Neves — O problema da reforma partidária eleitoral deve ser realmente encarado, examinado e resolvido ainda neste ano de 1985. Não vejo como convocar-se uma Assembleia Constituinte sem que te-

nhamos essa área perfeitamente ajustada às aspirações democráticas do País. A nossa Lei Partidária é por demais democrática, ela é muito solene, ela é muito pesada. Ela precisa ser realmente agilizada para que os partidos possam se organizar sem maiores dificuldades, sem maiores entraves. Alguns temas da reformulação partidária do Brasil serão colocados na proposta do Executivo ao Congresso, mas sem dúvida que o Congresso, que vive mais diretamente o problema, há de trazer a sua contribuição para que o problema encontre a melhor solução reclamada pelos interesses nacionais. Com relação à reforma eleitoral, os nossos partidos de Oposição têm uma longa luta. Nós sempre fomos contra a sublegenda, nós sempre fomos contra a vinculação levada a extremos, nós fomos sempre a favor da aliança partidária. Nós temos esse problema trágico e dramático que é o distrito eleitoral e não compreendo que se possa convocar uma Constituinte no Brasil com voto distrital. Pessoalmente, não entendo (Palmas), de maneira que acho que são problemas, realmente, políticos graves que têm que ser examinados oportunamente pelo Congresso Nacional. Achemos que a reforma partidária e a reforma eleitoral tem que anteceder à Constituinte para que essa Constituinte possa, realmente, expressar, na sua força representativa, todos os diversos segmentos da população nacional.

Com relação em reconhecimento dos partidos clandestinos tenho dito e repito: é um problema de reforma da Constituição. Por conseguinte, é um problema que se insere na competência do Congresso Nacional que se não está vai ser chamado a examinar o problema no momento oportuno. A decisão que o Congresso Nacional adotar, evidentemente, será acatada por toda a Nação.

Jackson Diehl (Washington Post) — Quando V. Exª visitar Washington ou tiver contado com o Governo dos Estados Unidos quais, serão os temas prioritários da conversa?

Tancredo Neves — Bem, na minha visita a Washington, o que está programado é um entendimento com o Presidente Ronald Reagan e uma visita ao Congresso Nacional. A visita ao Congresso será, sem dúvida, uma visita de cortesia, de mera cordialidade. Não comporta colocação de nenhum problema político econômico ou social do Brasil, mas na conversa que irei ter com o Presidente Ronald Reagan traçarei a ele o quadro na realidade nacional e o que nós pretendemos levar a efeito. E a colocação que podemos receber dos nossos amigos dos Estados Unidos.

Carlos Horácio Eichelbaum (Carin — Buenos Aires) — Desejo pedir a V. Exª que faça uma descrição das prioridades da política externa do seu Governo.

MEDIDAS DE IMPACTO, SEM DEMAGOGIA

Tancredo Neves — A política externa do nosso Governo não pode deixar de ter a importância que tem, uma dimensão de primeira grandeza. A nossa política externa executa ciclos concêntricos, há prioridade absoluta para com a América. Depois temos a prioridade para com as nações européias e depois as prioridades para as nações do Oriente Médio. Com relação à política levada a efeito pelo nosso Governo com relação ao Continente será sempre incrementar por todos os meios possíveis todas as medidas e todas as iniciativas tendentes a uma maior integração dos nossos povos. Com relação aos Estados Unidos a nossa política externa está hoje muito balizada. Não temos problemas políticos com os Estados Unidos, temos problemas econômicos. Os Estados Unidos ferem a nossa economia de maneira muito contundente através de sua política de juros que é uma das causas fundamentais da exacerbada inflacionária em

nosso País. E em segundo lugar, através de sua política protecionista que é realmente uma iniquidade de vez que o Brasil representa no global do comércio norte-americano, hoje, menos de 2% deste volume e, apesar dessa insignificância da nossa presença no mercado dos Estados Unidos, os nossos produtos como o aço, os nossos produtos de couro, e os nossos têxteis recebem injustificáveis sanções de ordem protecionista na zona norte, não obstante continua sendo nosso maior parceiro econômico. Dos 12 bilhões de saldos positivos em nossa balança comercial esse ano, 6 bilhões advêm dos Estados Unidos. Com relação à política européia e realmente manter nossa tradição que é da melhor cordialidade, e da maior eficiência, procurando tanto quanto possível absorver no continente europeu não apenas sua tecnologia, ciência e cultura, mas também ampliar nosso mercado para com aquelas nações. Temos uma posição muito singular diante da África. Temos com muitos países africanos vínculos decorrentes até da mesma língua e isso nos cria lá uma situação de muita receptividade, o que tem permitido ao Brasil colaborar para a solução dos problemas africanos e ocidentais. Temos o problema da África do Sul que para nós é extremamente penoso, ou seja, o apartheid, posto em prática naquele país e que é a condenação universal da consciência cristã de todos os povos (Palmas) e nenhum povo combate com mais violência o apartheid do que o Brasil. Temos o problema da África do Sul com relação à Namíbia e a posição do Brasil é muito conhecida, ou seja, somos pela plena soberania da Namíbia e que o controle dessa nação seja entregue aos seus habitantes, aos seus filhos. Com relação ao problema da Ásia os problemas do Brasil são mais delicados. Temos uma posição excepcional com relação ao Japão que é hoje um dos nossos melhores parceiros no campo econômico. Estamos ampliando as nossas bases de entendimento com a China e temos em outras nações mercados auspiciosos para a colocação de nossos produtos. Em suma, a política externa do Brasil é uma política pragmática, ou melhor, é uma política objetiva que preservamos acima de tudo os princípios básicos da nossa política externa, a luta pela paz, a luta pela autodeterminação e a luta pela não intervenção na vida dos povos de todo o mundo.

Luís Wrs (TV Cultura de São Paulo) — Dr. Tancredo, o senhor assume o Governo com a virtual unanimidade da opinião pública, do índio ao cardeal como o senhor mesmo disse, o senhor assume o Governo com ampla maioria parlamentar, o senhor assume poderes que o regime de 64 confere ao Presidente da República, o senhor assume o Governo, como o senhor tem reiterado, sem nenhum compromisso prévio com grupos ou pessoas. Diante disso tudo eu lhe pergunto: Dr. Tancredo, o que o senhor pretende fazer para não cair na tentação, muito compreensível, de ser um Presidente Imperial?

Tancredo Neves — Esse perigo não ocorre de maneira nenhuma. É mais fácil eu deixar de ser Presidente a ser Presidente da República imperial. A minha formação, as minhas convicções, meu estilo de vida e os princípios os quais acredito e os quais tenho guardado invariável fidelidade por todo esse tempo não me permitirão exercer a Presidência da República, a não ser na observância rigorosa dos mandamentos da Constituição e das leis e o mais religioso acatamento aos Poderes que integram a soberania nacional.

Newton Flora (Rádio Bandeirantes de São Paulo) — Presidente Tancredo, os preços dos gêneros alimentícios sobem diariamente. A Sunab jamais funcionou neste País e fala-se muito num acordo de cavalheiros. O senhor também acredita nesse acordo de cavalheiros para que os preços dos gêneros de primeira necessidade não subam tanto no País, prejudicando principalmente a classe pobre?

Tancredo Neves — É tudo o mesmo problema. Sobem os preços porque não se contém a inflação. Sobem os preços, porque a agricultura no Brasil foi abandonada. Estamos há cinco anos colhendo 50 toneladas de grãos, enquanto a população cresceu neste período em escala apreciável. Então, temos realmente que voltar à atividade agrícola, prestigiando, amparando e estimulando realmente uma maior produção de grãos do Brasil para que haja uma maior oferta no mercado e havendo uma maior oferta caem os preços. Sabemos muito bem que nesses últimos cinco anos a agricultura no Brasil foi totalmente marginalizada. Ela está enfrentando problema de crédito, problema de transportes, todos os subsídios foram suprimidos, e quando se suprime todos os subsídios, como acontece no Brasil e na maioria das nações civilizadas, atribuem-se uma política de preços justos aos produtos da agricultura e no Brasil suprimimos todos os subsídios e não demos preços justos aos produtos agrícolas. De maneira que dá um grande desânimo no setor agropecuário que precisa ser estimulado neste momento. E quanto ao abuso, à ganância, à intermediação desavorada que exacerba o preço dos produtos de consumo popular em determinadas quadras. O Governo só tem duas saídas: ou faz a intervenção, limitando os preços que é uma política desastrosa que não consulta, ou, tem que promover a importação desses produtos para que haja realmente excesso de produto na praça e o abastecimento possa ser normalizado.

— Muito obrigado.

Luís Madri (Diário de Lisboa) — Sr. Presidente, projeto de emenda constitucional do Deputado Roberto Freire, membro da Comissão Nacional Provisória pela legalização do Partido Comunista Brasileiro, que já lhe foi entregue pelo próprio autor, tem o apoio e já foi assinado por mais de 2/3 dos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por isso a leitura e a tramitação será prioritária na reabertura dos trabalhos legislativos em março. Pergunto: qual é a posição do novo Governo sobre a legalização dos comunistas. Faço um pequeno adendo: se repetia aqui o exemplo da redemocratização grega, portuguesa, espanhola, argentina e uruguaia?

Tancredo Neves — Já declarei há pouco que esse é um problema de decisão do Congresso Nacional. Trata-se de emenda constitucional que nem sequer vai ser examinada pelo futuro Presidente da República. Tomando o Congresso essa decisão do reconhecimento dos partidos clandestinos não resta, não apenas ao Presidente da República mas todos os órgãos da Nação acatar essa decisão do Congresso Nacional. É preciso, de início, que se estabeleça o seguinte: muitas dessas reformas não são de iniciativa privativa do Executivo. O Congresso pode promovê-las a todo e qualquer momento, e acredito mesmo que o Congresso, que está agora realmente vivendo uma nova atmosfera, resolva exercitar essas suas prerrogativas, mas não deixaremos de colaborar com o Congresso, enviando aqueles projetos de reforma absolutamente imprescindíveis à modernização do País e a sua maior democratização. E para que isso aconteça é necessário que Executivo e Congresso encontrem realmente um clima de harmonia e de entendimento. Essas reformas podem chegar ao Congresso tanto espaçadas como globalmente, e o Congresso encontrará dentro do seu regimento a melhor metodologia de estudá-las e aprová-las.

Villas Boas Correa (Jornal do Brasil) — Acho que está na hora de inicialmente, agradecer e celebrar a volta dessa prática democrática e civilizada que é a entrevista coletiva de um Presidente da República à imprensa. (Palmas.) E quero fazer-lhe aqui uma cobrança amigável: que isso não seja apenas uma estréia de um presi-

dente eleito, mas não empossado, mas se incorpore como uma prática regular do Governo. Bom, Sr. Presidente, quem fala por fim, tem um assunto menor. Mas não creio que esse seja um assunto menor. Acho que a autoridade do novo Governo vai ficar muito dependente de alguns atos que marquem uma posição. Um deles é este problema pequeno, mas grande, que é o problema das mordomias. Eu lhe pergunto: o senhor já tem uma decisão amadurecida sobre este problema? Se a solução vai ser a solução radical e definitiva de estirpar as mordomias, ou o senhor vai cair naquela solução paliativa que até agora não deu certo? Os últimos decretos para regular a mordomia, na verdade, consolidaram, ampliaram e sofisticaram a mordomia. O senhor vai resolver a mordomia com um murro na mesa ou passando a mão de leve sobre a cabeça?

Tancredo Neves — O problema é realmente uma aspiração nacional. Que nós vamos acabar com as mordomias, iremos acabar com elas. Agora, existem diferentes tipos de mordomias. Existe a mordomia que assegura o padrão, vamos dizer, alimentar de funcionários graduados. Essas nós podemos acabar com elas de imediato. Quem quiser beber e comer bem que o faça as suas custas (Palmas). Mas o Estado é que não pode de maneira nenhuma assegurar a mordomia alimentar a seus funcionários graduados. Já a mordomia da residência, o problema é mais complexo, porque, em primeiro lugar, se nós colocarmos em hasta pública todos os imóveis oficiais ou entregues ao uso de funcionários públicos em Brasília, nós não encontraríamos aqui nem mercado para absorvê-las. No tocante realmente à mordomia decorrente da moradia, ninguém vai ter mais ajuda, casa de graça até que uma comissão de estudiosos procure dar a orientação e o destino a essas casas. Os que vierem a ocupá-las, terão que pagar o aluguel correspondente.

José Carlos Bardawil Revista Senhor — Presidente, seria muito grato a V. Ex^a, se me desse a honra de esclarecer algumas dúvidas nacionais sobre o seu Ministério. Primeira: V. Ex^a, vai anunciar alguns nomes do seu Ministério antes da sua viagem ao exterior? Segunda: Quais seriam as pastas a serem desde já preenchidas? A terceira, enfim: V. Ex^a vai aceitar o conselho de alguns de seus assessores que lhe têm recomendado exigir dos futuros ministros o compromisso de não serem candidatos em 1986, sob pena de V. Ex^a, ter de realizar uma quase completa reforma ministerial já no segundo ano de seu Governo?

Tancredo Neves — O problema ministerial está muito relacionado com a subjetividade do candidato eleito à Presidência da República. É um problema que tem de ser resolvido e estudado com as diversas lideranças partidárias do País, e só o Presidente está em condições de dizer como e quando deve ser tornado público o nome dos escolhidos.

Roberto Müller (Gazeta Mercantil) — Sr. Presidente, V. Ex^a, tem dito por diversas vezes que o limite da tolerância, do desejo de respeitar os acordos com os credores estrangeiros é a soberania nacional. Pretende V. Ex^a que a questão da soberania nacional, no caso da dívida externa, seja definida pelo Congresso Nacional? Em outras palavras, pretende V. Ex^a encaminhar essa questão, a certa altura, para a discussão do Parlamento?

Tancredo Neves — Evidentemente não tenho nenhuma reflexão sobre o assunto, mas acho que o Congresso Nacional não pode nem deve ficar distante de um problema dessa complexidade. Se, pelas necessidades ditas pelo interesse nacional, essas negociações tem de ser encaminhadas com a velocidade que reclamam, isto não quer dizer que o Congresso Nacional venha a ficar

distante delas. Se não for informado antes, sê-lo-á depois de realizadas essas negociações.

Flávio Tavares (Jornal Excelsior do México) — Sr. Presidente, volto ao tema da dívida externa. A dívida externa está sendo renegociada e encaminhada pelo atual Governo no seu aspecto técnico financeiro. Pergunto: Como pretende o Presidente Tancredo Neves enfrentar o aspecto político da dívida externa? Através de uma unidade dos países devedores, como México e a Argentina, ou através da negociação política com o Governo dos países credores?

Tancredo Neves — No caso, o que dita o comportamento das nações devedoras é a realidade econômica e financeira de cada um deles. O Senhor está no México e acompanhou de perto. O presidente de La Madrid fez uma negociação bilateral, embora sentindo e sendo, em princípio, partidário de negociações feitas coletivamente com as nações devedoras. O mesmo está acontecendo com a Argentina que está sendo levada a uma negociação bilateral e o Brasil. Devemos reconhecer que Cartagena e Mar Del Plata foram duas conquistas avançadas. Tanto em Cartagena, como em Mar Del Plata já ficaram realmente estabelecidas os princípios que criaram realmente como que uma comunidade de nações devedoras que possa, em determinado momento, agir conjuntamente naquilo que diz respeito aos pontos que são comuns ao endividamento destas nações. Acha que isto é um processo que está em curso, tende a desenvolver-se e tende a consolidar-se. (Palmas.)

Carlos Henrique (SBT — Sistema Brasileiro de Televisão) — Dr. Tancredo, o Brasil já formou quadros capazes nas áreas de cultura e de ciência. Mas esses quadros têm-se mantido à margem do processo decisório. Que novos mecanismos de assessoria ou de consultoria o senhor pretende inaugurar no seu Governo para que chegue até o Palácio do Planalto a melhor informação que permita ao Governo a melhor decisão, usando essa massa crítica que nós temos e que está aí, à margem do processo?

Tancredo Neves — Temos de criar órgãos adequados para poder examinar essa massa imensa de informações, nos seus diversos aspectos, na sua procedência, na sua legitimidade, à fim de que possam ser incorporada à civilização brasileira, como conquistas. O setor da cultura, da tecnologia e da ciência, no Brasil, estão reclamando reformulação ampla e profunda, e com a ajuda dos estudiosos, dos competentes e dos experts pretendemos levar efeito essa reformulação.

Humberto Gianini ANSA — Imprensa Internacional Italiana — Sr. presidente, na hipótese de que o Brasil não possa cumprir seus compromissos internacionais, que posição adotaria seu Governo na integração de um bloco latino-americano para tratamento da dívida externa?

Tancredo Neves — Se não pudermos pagar os compromissos assumidos pelo Brasil, hipótese que considero muito remota, porque nossa potencialidade é impressionante, só nos resta o caminho da renegociação; e dizer aos credores que nós não temos condições de pagar e que só podemos pagar dentro de determinadas condições, apresentar a esses credores essas condições e em torno delas iniciarmos um longo contencioso. Não é do interesse dos credores levar o Brasil ao estrangulamento, da mesma maneira que não é interesse do Brasil criar o pânico no sistema monetário internacional. De maneira que nós haveríamos nessa hipótese extrema de encontrar a fórmula e a situação adequada para sairmos das dificuldades. Quanto ao entendimento latino-americano eu acho que é um dos aspectos mais importantes da inte-

gração continental. Teremos de criar entre as nações devedoras do continente uma mentalidade comum, sem radicalismo, mas com muito realismo, que nos permita criar padrões que sejam compatíveis com a possibilidade de pagamento de cada uma dessas nações sem que isso implique em travar o processo de desenvolvimento econômico. (Palmas.)

Lygia Girão (Sistema Globo de Rádio) — O slogan de sua campanha foi mudanças-já, a que muda prioritariamente no Brasil a partir de 15 de março?

Tancredo Neves — Primeiro a mentalidade, segundo o comportamento, terceiro o estilo de Governo, quarto, o acatamento de todos os direitos e liberdades democráticas, de que é exemplo esse espetáculo que estamos aqui assistindo, coisa que há vinte anos não se realiza igual no País. (Palmas.) Finalmente, a iniciativa, desde o primeiro momento para que as reformas institucionais e sociais sejam submetidas à consideração do Congresso para obter a colaboração dele a fim de que essas mudanças não fiquem apenas em palavras, mas também em institutos legais.

Fernando Martins (Revista Afinal) — Presidente, eu não tenho a pretensão de selecionar frases mais importantes do seu discurso de anteontem, mas há nele um trecho que me chamou a atenção em especial é quando o senhor relaciona sociedade democrática com estado frágil. Isso me permite supor que haverá uma ação fundamental no sentido de fortalecer a sociedade, portanto, enfraquecer o Estado. Eu gostaria de saber como é que o senhor iniciaria essa operação de desconstrução da força estatal no Brasil. O senhor pensaria, por exemplo, em iniciar um processo de desestatização na economia?

Tancredo Neves — Em primeiro lugar, o enfraquecimento do Estado do Brasil tem que ser feito pelo fortalecimento do Congresso devolvendo ao Congresso as suas prerrogativas fundamentais. (Palmas.) Em segundo lugar, no campo econômico, acompanhando a ação das empresas estatais, muitas delas são essenciais, são fundamentais ao desenvolvimento econômico do País, mas aquelas que não se tornarem necessárias, podem ser privatizadas para serem entregues a empresas nacionais, quando muito associadas a empresas estrangeiras e nunca exclusivamente as empresas estrangeiras, porque eu não sei qual o malefício maior, se o da desnacionalização, ou se da estatização. Isto, em acontecendo, nós temos que realmente buscar um tratamento adequado para que essas empresas estatais possam atingir a sua finalidade sem se transformarem em focos de inflação, em ônus pesado à economia nacional.

Fernando Martis — (Muito obrigado).

Ferreira Neto (Abril-Vídeo. Rede Capital de Comunicações) — Sr. Presidente, faço minhas as palavras de Villas Boas Correa ao saudar essa maneira democrática em tratar assuntos da imprensa e através dela falar à Nação. A Nação está curiosa. V. Ex^a foi eleito anteontem, está de parabéns, nós todos queremos cumprimentá-lo, acredito que falo em nome de todos aqueles colegas que aqui se encontram, o Brasil todo gostaria de apertar as suas mãos. Mas, estamos muito preocupados, eu particularmente. V. Ex^a resolveu fazer uma viagem à Europa no momento em que os rigores do inverno estão aí sendo noticiados pela própria imprensa e ficamos bastante apreensivos com isso. V. Ex^a tem uma missão nobre mas não seria preferível transferir essa viagem para outra oportunidade?

Tancredo Neves — Infelizmente, não. Eu não vou numa viagem de passeio, numa viagem de descanso. Essa minha viagem tem um sentido político da maior

significação e da maior importância. Eu não me decidiria a essa viagem se ela não fosse realmente acompanhada de uma missão que eu posso exercer como candidato eleito, mas não poderei exercer como candidato empossado. De maneira, creia, que essa viagem tem para o governo que vou desempenhar a maior importância, a maior significação. Em segundo lugar, essa viagem é também um atestado que eu dou ao mundo que o País é hoje uma democracia plenamente institucionalizada e uma civilização que encontra a sua estabilidade na confiança que inspira nas instituições políticas.

Ferreira Neto — Muito obrigado.

Lincoln Brun (representante das Emissoras de Rádio e Televisão Educativas) — Qual será a grande prioridade do seu governo para a Educação?

Tancredo Neves — A reforma completa de todo o sistema educacional brasileiro e, de maneira fundamental, da universidade. A universidade brasileira está hoje esfacelada. A universidade brasileira está reclamando — e esse é um clamor nacional — algumas políticas que venham a colocá-la em compatibilidade com os anseios da sociedade. A universidade brasileira sofre em todos os seus aspectos. Ela precisa de uma mudança de mentalidade, de estruturas, de técnicas e de métodos para que possa ser recuperada em todos os seus objetivos.

Ossiam Britto (O Liberal, de Belém do Pará) — Sr. Presidente, uma pergunta amazônica: tanto em Belém quanto em Manaus e Territórios Federais observa-se que nos seus pronunciamentos, durante a peregrinação cívica empreendida, V. Ex^a quase sempre deu ênfase ao Nordeste, região com tantos problemas quanto a Amazônia. Por quê? A SUDAM, o BASA e a SUFRAMA são órgãos de desenvolvimento, permanentemente sem recursos para atender aos programas de sua ação. Por isso, foram eleitos Governadores da Oposição na Amazônia. Digo algo, Excelência, a respeito — como alento aos que estão esperançosos com a Nova República — já que foi divulgado que o Sr. Deputado Rozemburgo Romano, do PMDB de Minas Gerais, encaminhou-lhe um estudo para criação de 15 novos Estados brasileiros sendo 5 no Pará.

Tancredo Neves — Quero ponderar ao meu caro amigo que as observações de que tenho me omitido em referência ao Norte e à Amazônia são imprecisas. Fizemos — juntamente com o Deputado Ulysses Guimarães e outros líderes políticos da Aliança Democrática, inclusive o Senador José Sarney, que é meio nordestino e meio homem da Amazônia, tanto quanto falamos em Manaus, quanto falamos em Belém, quanto falamos em Porto Velho, tivemos oportunidade de colocar, em toda a sua nitidez, os problemas da Amazônia — e criamos durante a campanha o simpósio de técnicos dos mais abalizados para toda a reformulação da problemática amazônica. E esse trabalho está concluído e será um dos roteiros da nossa atuação política em direção à Amazônia. Não subestimamos a Amazônia. Sabemos que ali existe um outro Brasil — diria melhor — ali existe um outro continente e preservar a Amazônia, torná-la sempre cada vez mais brasileira, recuperá-la econômica e socialmente é realmente uma das tarefas que nenhum governo do Brasil pode dela se demitir.

Flávio Mendes (Revista Visão) — Sr. Presidente, há opiniões de que os esforços brasileiros na busca da estabilidade democrática serão sempre infrutíferos até que se absorva a convicção da necessidade de um verdadeiro estado de direito. Vencem-se crises, mas outras advêm mais graves. O verdadeiro estado de direito, entre outros

pressupostos, exige rigorosa aplicação ou princípio da separação dos poderes. E a atuação do prezado presidente em face do descalabro hoje reinante no qual preponderam um Executivo fortíssimo contra um Legislativo e um Judiciário infelizmente, dependentes do poder maior.

Tancredo Neves — Evidentemente que o Executivo forte, o Executivo transformado em super poder é uma característica do Estado autoritário. Porque estamos caminhando realmente para uma democratização das nossas instituições, nós temos que manter o Executivo no máximo da sua eficiência, da sua força de realizações e da sua capacidade e solucionar os problemas nacionais, mas em nenhuma maneira se superpor nem ao Legislativo e nem ao Judiciário.

Yuri Besselko (Agência Tass) — Sr. Presidente, V. Ex^a já recebeu a mensagem do presidente Chernenko felicitando-o por ocasião da sua eleição à presidência da República Federativa do Brasil e os votos de êxito para sua gestão. Sr. Presidente, em abril deste ano comemora-se o 40º aniversário do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. E mais, este é o 40º aniversário da vitória das forças aliadas sobre a Alemanha nazista. Como se sabe, o Brasil e a União Soviética combateram juntos contra o nazifascismo. E também este é o ano do 40º aniversário da formação da Organização das Nações Unidas. Entre os primeiros membros dessa nobre organização estavam o Brasil e a União Soviética. Sr. Presidente, pergunto, sob a ótica dessas três importantes datas históricas, como é que V. Ex^a vê no futuro as perspectivas das relações entre Brasil e União soviética no seu governo?

Tancredo Neves — Acho que realmente são acontecimentos relevantes, e o Itamaraty, pelas suas seções competentes, deve estar realmente adotando todas aquelas iniciativas necessárias para que essas datas sejam congnitamente comemoradas. Tenho um particular empenho para que isso aconteça, porque me reservo à responsabilidade e a iniciativa de haver promovido o reatamento de relações do Brasil com a Rússia. Foi no meu governo, como primeiro-ministro, que pudemos realmente restabelecer os nossos entendimentos democráticos. Hoje os nossos objetivos são os mesmos de então, manter a humanidade cada vez mais unida, dentro dos objetivos da paz, fazendo com que se respeite o princípio da não intervenção das potências estrangeiras mais fortes e poderosas contra as potências estrangeiras mais frágeis e menos militarizadas.

EM AÇÃO, O ESPÍRITO MINEIRO

Rui Nogueira
Especial para o JBr

O espírito mineiro existe. Agora não há mais dúvida alguma. O doutor Tancredo Neves, se encarregou de desfazer de uma vez por todas essa dúvida de tamanho nacional.

Durante quase duas horas de conversa ele encarnou o lado mais nobre desse espírito mineiro, a mineiridade, que é uma arte diferente da mineirice, que é uma artimanha. Comportou-se como um zagueiro de área, jogando um futebol elegante e ao mesmo tempo decidido, sem pudor de dar um chute pro mato. Afinal, o jogo era de campeonato. Vez por outra distribuiu umas botinadas. Provavelmente, a maior de todas sobrou para a representante da Agência France Press.

Foi preciso Tancredo Neves ser eleito, para que, quase 30 anos depois, os brasileiros devolvessem com juros e correção monetária a afronta que um dia o todo poderoso

so De Gaulle nos jogou dizendo, o Brasil não era um País sério. Ontem, depois de responder à pergunta do representante da France Press sobre dívida externa e moratória, ele aproveitou para fechar o raciocínio afirmando que "esse negócio de se dizer que o Brasil não é um País sério, é uma tremenda balela". Só faltou acrescentar... uma balela francesa.

Se na resposta ao representante da France Press ele parou pela meia palavra (o resto para um bom entendedor estava explícito), já ao tratar do Chile ele não deixou por menos. Do jeito que só um mineiro poderia ter dito ele acabou deixando claro, que o imperador Pinochet não seria seu convidado para a posse em 15 de março.

Caso Herzog e revanchismo

O grande teste, o momento em que Tancredo foi encostado à parede, veio de uma repórter da Abril Vídeo. A pergunta da reporter da Abril Vídeo, foi sem dúvida, o termômetro com que os militares, ontem, mediram a coletividade do presidente eleito. Ela quis saber se Tancredo não iria tomar nenhuma atitude em relação aos assassinos do jornalista Wladimir Herzog, que apesar da anistia, ou talvez por causa dela continuam impunes.

Tancredo deu a volta na cadeira, que estava meio de lado, pigarreou no melhor estilo mineiro começou a resposta dizendo, "Minha filha". Depois foi direto à única saída que lhe restava, não criar falsas expectativas neste campo. Reconheceu que foi um entre os muitos atos da ditadura brasileira, mas o seu governo não vinha para ficar caçando fantasmas. Ainda teve tempo para ensinar que a Argentina ficava mais em baixo.

Revolução de 64

Sem ficar em cima do muro, Tancredo julgou a Revolução de 64. Deve ter passado a noite lendo algum livro de filosofia grega e estudando a técnica de compor os silogismos. A revolução na sua opinião teve dois componentes, um político e outro material. O político, segundo o Presidente eleito, foi a desgraça da Nação, a partir do momento em que castrou as liberdades democráticas. No campo material, não há como negar o desenvolvimento alcançado. Como quem diz não dá para negar números.

Mas até aqui ele ainda estava em cima do muro. Logo a seguir fechou o raciocínio e aproveitou para descer o muro: quando acrescentou: "Eu me pergunto se valeu o sacrifício das liberdades o desenvolvimento que alcançamos". Ele mesmo respondeu: "E claro que não".

O PT teve a botinada certa, na hora certa e na medida exata. Um repórter botou a questão do Pacto Social em discussão. Tancredo fez, então, o melhor momento da partida. O Pacto. Voltou a repetir Tancredo, não é senão uma idéia. Uma idéia que uma vez colocada em prática, a única certeza que se tem é a de que mal não fará aos trabalhadores. Pode, evidentemente, não vir a fazer lá muito bem, mas também mal não fará. Falou, em seguida de salários, a torcida gostou, levantou-se na arquibancada e aplaudiu. Lula deve ter cossado a barba.

Mas a Revolução de 64 teve ainda outra abordagem. Desta vez, com algum desdém. Tancredo rejeitou para o início do seu governo a política de aplicação de "medidas de impacto". Com um sorriso nos lábios ele renegou a demagogia que cerca, geralmente, essas medidas. Basta lembrar o governo Médici.

O espírito mineiro foi colocado mais uma vez em prática quando a pergunta ao Presidente eleito veio do representante da Agência Tass. Este começou lembrando que estamos no ano da comemoração do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS. E quis saber como será no seu governo esse relacionamento. Tancredo agradeceu a lembrança pela comemoração, delicadamente recordou que foi exatamente como Primeiro-

Ministro que isso aconteceu, e aproveitando a deixa vinda da União Soviética, para dar a dica: "As superpotências não devem usar a sua força para submeter outras nações menores e de força menor. O correspondente da Agência Tass já deve ter mandado o recado ao Kremlin:

na ONU não devemos contar a voto do Brasil para assuntos de gênero Afeganistão. Obviamente, faltou perguntar ao Dr. Tancredo o que ele acha da permanência dos Estados Unidos em Honduras, na Coreia do Sul, em El Salvador etc.

Como deixou claro a maioria dos jornalistas, o fato de Tancredo conseguir unir de índio a cardeal não significa a certeza de um bom governo. De qualquer forma, e em sinal positivo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)